

DEFENDER O BRASIL

Perto de completar cinco décadas, o PT se prepara para mais um ano eleitoral decisivo. A legenda enfrenta o desafio de reconduzir Lula a um quarto mandato, ampliar bancadas no Congresso e liderar o enfrentamento à extrema direita na defesa da democracia e soberania do Brasil



1º CONGRESSO



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo - 10 de fevereiro de 2026 - Nº 225

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Brenno Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

CAPA

PT chega aos 46 anos com Lula e mira fortalecimento das bancadas em 2026. **pág. 04**

“Essa eleição vai ser uma guerra”: Lula alerta PT para disputa de narrativa e enfrentamento à extrema direita

pág. 06

“Só filiar não é suficiente”: Edinho defende formação política, diálogo e presença permanente do PT

pág. 07

“Lula colocou o dedo na ferida”: Haddad defende justiça tributária como eixo da disputa política

pág. 08

Em debate sobre comunicação, Édén Valadares alerta para as armadilhas da extrema direita nas eleições

pág. 09

Democracia em disputa e avanço da extrema direita

marcam debate político nos 46 anos do PT

pág. 10

Produzida pelo Butantan, vacina inédita contra a dengue começa a ser enviada ao SUS

pág. 11

Vale-alimentação e refeição: novas regras valem a partir de terça (10)

pág. 13

Lula ao UOL: “Nós passamos dois anos consertando o país, agora vamos colher os resultados”

pág. 15

“É preciso ter mais transparência no uso da IA no período eleitoral”, defende pesquisador

pág. 18

“Terrabras, uma estatal necessária”

pág. 22

Câmara dá largada ao debate sobre o fim da jornada 6x1

pág. 26

Em visita à China, equipe do Centro de Memória da FPA participa de cooperação institucional com Partido Comunista

pág. 27

Jornada Nova Primavera 2026 abre inscrições para formação nacional do PT

pág. 28

“A política industrial começa pela casa do trabalhador”

pág. 29

Ministro Flávio Dino suspende “penduricalhos” dos três poderes

pág. 30

CPMI do INSS retoma trabalhos após recesso e expõe gargalos na fiscalização de consignados

pág. 31

Governador Tarcísio veta projeto de apoio a pacientes com Alzheimer e outras doenças degenerativas

pág. 33

Eleitores têm até maio para emissão, regularização e transferência do título

pág. 34

Bolsonaro tem quadro estável de saúde e pode seguir preso, conclui laudo da PF

pág. 35



PT chega aos 46 anos com Lula e mira fortalecimento das bancadas em 2026

Redação Focus Brasil

“Essa eleição vai ser uma guerra”, avisou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao subir ao palco da celebração dos 46 anos do Partido dos Trabalhadores, em Salvador, no último dia 5. A frase não veio como bravata. Ela organiza o sentido político do momento.

Perto de completar cinco décadas de existência, o PT se prepara para mais um ciclo eleitoral decisivo, encabeçado por Lula, mas consciente de que a disputa de 2026 não se resolverá apenas na eleição presidencial. O desafio é mais amplo: enfrentar a extrema direita, sustentar um projeto de país e reconstruir força institucional com bancadas estaduais, federais e no Senado.

No entendimento do presidente, a disputa de 2026 não se resolve apenas no saldo das políticas públicas, ainda que o governo tenha acumulado entregas relevantes na reconstrução social e econômica do país.

Ao longo de sua fala, Lula convocou militantes e dirigentes a confrontar diretamente a extrema direita, defender as realizações do governo e sustentar um discurso coeso, por dentro e por fora do partido, diante do que classificou como um ambiente marcado por mentiras organizadas e manipulação política.

Disputa de sentidos e resultados

Aos 46 anos, o PT chega a um ponto raro na política brasileira. Governa novamente o país, pela quinta vez, após derrotas profundas, muitas impostas, como

o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a prisão de seu principal líder e um ciclo recente de erosão democrática.

Esse percurso molda o tom das falas e das estratégias quando o tema é o desafio que está por vir. O que se impõe é a leitura de que o partido atravessa uma encruzilhada histórica. Ainda durante o ato em Salvador, Lula alertou que a extrema direita atua de forma sistemática na desinformação e na manipulação de sentimentos, explorando frustrações sociais e o descrédito na política institucional.

A disputa, portanto, não é apenas eleitoral. É simbólica, cultural e institucional. “A extrema direita mente sem pudor”, afirmou o presidente, ao cobrar unidade discursiva e capacidade permanente de confronto político.

Nesse contexto, o governo Lula

apresenta resultados concretos que entram no centro da disputa pública: o desemprego caiu aos menores patamares da série histórica recente, a renda voltou a crescer, programas sociais foram fortalecidos e o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome. As entregas aparecem como argumento político e como resposta direta à narrativa antipolítica disseminada pela extrema direita.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi enfático ao tratar da justiça tributária como eixo decisivo dessa disputa. “O presidente Lula colocou o dedo na ferida”, afirmou, ao defender que o país enfrente a lógica histórica de concentração de renda e privilégios fiscais.

Haddad insistiu que a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos e a taxaço dos super-ricos não são medidas ideológicas, mas instrumentos de equilíbrio social. “Pobre paga imposto demais, rico paga de menos”, resumiu.

O ministro reforça, assim, um ponto central do discurso petista: sem enfrentar a desigualdade, não há estabilidade institucional. A extrema direita prospera justamente onde o Estado falha em proteger, distribuir e explicar.

Organização, base e formação política

Lula reconheceu, sem rodeios, que o partido “não está com essa bola toda em todos os estados” e defendeu a construção de alianças amplas para vencer as eleições. “É preciso fazer alianças para ganhar”, afirmou, ao apontar a correlação de forças no Congresso como obstáculo concreto à governabilidade.

O Senado aparece como campo sensível dessa disputa. A ausência de maioria parlamentar, segundo dirigentes e lideranças do partido, encarece politicamente o governo

e limita sua capacidade de entrega. Lula alertou que governar sem base sólida no Congresso significa negociar cada passo sob pressão permanente.

A resposta à extrema direita, na visão do PT, não se resolve apenas com resultados econômicos ou alianças institucionais. Passa, sobretudo, pelo trabalho cotidiano do partido. O presidente nacional do PT, Edinho Silva, afirmou que “só filiar não é suficiente” e defendeu a centralidade da formação política. Para ele, nenhum militante nasce pronto, e a ausência de formação abre espaço para a captura do debate público por discursos simplificadores.

Edinho argumentou que a política contemporânea se move por sentimentos e que a extrema direita soube explorar medo, frustração e desencanto. A resposta, segundo ele, exige presença territorial, debate permanente e construção de lideranças locais capazes de sustentar o projeto nacional no cotidiano.

Comunicação e as ruas como campo político

Ao falar de 2026, as lideranças do PT insistiram em um ponto comum: não basta governar, é preciso disputar sentido. Lula defendeu que o partido fale de forma direta com a sociedade, sem mediações excessivas e sem subestimar a força da extrema direita na comunicação. Para o presidente, o adversário opera “na mentira organizada”, ocupando o cotidiano das pessoas com medo, desinformação e versões distorcidas da realidade.

“O PT é organização popular”, afirmou Benedita da Silva, ao lembrar que o partido nasceu da mobilização social e não pode se afastar desse chão. A participação não é tratada como adereço, mas como condição para sustentar o projeto político diante de um ad-

versário que atua de forma permanente, fora dos períodos eleitorais.

“Se não sabe sambar, não entra”, disse a deputada.

Também nesse ponto surge a crítica à política confinada aos gabinetes. “Só filiar não é suficiente”, voltou a alertar Edinho Silva, ao defender que o partido fortaleça o diálogo direto, a escuta e a presença cotidiana nos territórios. Em um ambiente em que a extrema direita se alimenta da antipolítica, a resposta passa por ocupar as ruas, os debates e os espaços onde a vida acontece.

Lula resumiu esse desafio ao afirmar que a vitória não virá apenas do balanço do governo, mas da capacidade de transformar entregas em linguagem política compreensível.

A disputa, afirmou, é para que as pessoas saibam “quem está do lado delas” e quem atua contra seus interesses. É nesse terreno, entre comunicação, participação e presença, que o PT aposta parte decisiva de seu caminho rumo a 2026.

Para o presidente da Fundação Perseu Abramo, Brenno Almeida, a relação entre o partido e sua fundação vai além da ideia de parceria. “A razão de ser da Fundação é o Partido. É uma relação muito presente, muito viva”, afirma.

Segundo ele, ao longo dessas quase três décadas, a FPA tem contribuído para fortalecer a formação política, aprimorar a atuação das bases e ajudar o PT a compreender melhor os caminhos da sociedade brasileira, seus valores, expectativas e o país que deseja construir.

“Celebrar os 46 anos do PT é também renovar esperanças, seguir contribuindo para a formação de dirigentes e ajudar o partido a entregar o melhor de seu conteúdo à sociedade brasileira, para que o povo possa sonhar um sonho novo.”



“Essa eleição vai ser uma guerra”: Lula alerta PT para disputa de narrativa e enfrentamento à extrema direita

Presidente afirma que a vitória em 2026 dependerá menos do balanço técnico do governo e mais da capacidade de confrontar a desinformação e sustentar um discurso político coeso dentro e fora do partido

Redação Focus Brasil

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a eleição de 2026 não será decidida apenas pelo desempenho do governo ou pelo balanço das políticas públicas. Ao contrário, será uma disputa política aberta, marcada pelo confronto direto com a extrema direita e pela capacidade de sustentar uma narrativa clara junto à sociedade.

“Essa eleição vai ser uma guerra”, afirmou, ao alertar para o ambiente de radicalização e desinformação que atravessa o debate

público.

Lula destacou que a extrema direita atua de forma organizada, explorando frustrações sociais, medo e descrédito na política institucional. Segundo ele, o adversário opera “na mentira organizada”, ocupando o cotidiano das pessoas com versões distorcidas da realidade e ataques sistemáticos às instituições democráticas. Diante desse cenário, o presidente defendeu que o PT não subestime a disputa e atue de forma permanente, para além dos períodos eleitorais.

“O que vai ganhar essa eleição é a narrativa política”, disse Lula, ao cobrar do partido unidade discursiva e clareza na comunica-

ção. Para o presidente, governar e comunicar são tarefas indissociáveis. As entregas do governo precisam ser transformadas em linguagem compreensível, capaz de dialogar com a vida concreta da população e disputar sentido com a extrema direita no mesmo terreno em que ela atua.

Ao insistir na centralidade da narrativa, Lula também apontou para um desafio interno: falar de forma coesa “por dentro e por fora” do partido. Para ele, a vitória eleitoral depende da capacidade de alinhar discurso, prática e presença pública, reforçando o vínculo com a sociedade e deixando claro quem está ao lado da maioria e quem atua contra seus interesses.



“Só filiar não é suficiente”: Edinho defende formação política, diálogo e presença permanente do PT

Presidente nacional do partido, Edinho afirma que o enfrentamento à extrema direita exige militância formada, atuação cotidiana nos territórios e capacidade de disputar sentimentos e valores no debate público

Redação Focus Brasil

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Edinho Silva, afirmou que o fortalecimento do partido não se resume ao crescimento formal da filiação. “Só filiar não é suficiente”, disse, ao defender que o PT invista de forma consistente na formação política de seus quadros e na atuação cotidiana junto à sociedade.

Segundo Edinho, a política contemporânea deixou de ser apenas um espaço de debate ra-

cional de propostas e passou a ser atravessada por sentimentos, frustrações e experiências individuais. “A opinião pública hoje se move por sentimentos”, afirmou, ao analisar como a extrema direita conseguiu ocupar esse terreno, transformando medo e ressentimento em capital político.

Para o dirigente, a ausência de formação política abre espaço para discursos simplificadores e para a captura do debate público por narrativas antipolíticas. A resposta, afirmou, não passa por soluções imediatistas, mas por diálogo direto, escuta permanente e presença nos territórios.

Edinho defendeu que o parti-

do fortaleça lideranças locais e retome o contato cotidiano com a população, criando vínculos que não dependam exclusivamente do calendário eleitoral.

Edinho também ressaltou que a disputa política se dá no dia a dia, nos bairros, nas cidades e nos estados, e não apenas nas campanhas. Para ele, enfrentar a extrema direita exige que o PT esteja presente onde as pessoas vivem, trabalham e se informam, disputando valores e sentidos de forma contínua. A formação política, nesse contexto, aparece como instrumento central para sustentar o projeto do partido e sua capacidade de diálogo com a sociedade.



“Lula colocou o dedo na ferida”: Haddad defende justiça tributária como eixo da disputa política

Ministro da Fazenda afirma que enfrentar privilégios e reduzir a desigualdade é decisivo para sustentar o projeto do governo e disputar a narrativa econômica contra a extrema direita

Redação Focus Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a justiça tributária ocupa lugar central na disputa política em curso no país e será um dos temas decisivos do próximo ciclo eleitoral. Para ele, o governo Lula escolheu enfrentar um dos nós históricos da desigualdade brasileira ao propor mudanças no sistema de impostos.

“O presidente Lula colocou o dedo na ferida”, disse, ao defender o enfrentamento direto aos privilégios fiscais.

Haddad ressaltou que medidas como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos e a taxação dos super-ricos não devem ser tratadas como pautas ideológicas, mas como instrumentos básicos de equilíbrio social e econômico.

“Pobre paga imposto demais, rico paga de menos”, afirmou, ao sintetizar o desequilíbrio estrutural que marca o sistema tributário brasileiro.

Segundo o ministro, a resistência às mudanças revela o peso dos interesses contrariados e ajuda a explicar a reação política organizada contra o governo. Para Haddad, a extrema direita se beneficia da distorção do debate econômi-

co, ao transformar privilégios em supostos direitos e ao disseminar desinformação sobre políticas de redistribuição.

Nesse contexto, defender a justiça tributária passa a ser também uma disputa de narrativa.

Haddad afirmou ainda que enfrentar a desigualdade não é apenas uma questão fiscal, mas uma condição para a estabilidade democrática. Sem um Estado capaz de distribuir renda, proteger os mais vulneráveis e explicar suas escolhas, abre-se espaço para o avanço da antipolítica. Para o ministro, sustentar o projeto liderado por Lula exige clareza sobre quem paga a conta do Estado e quem se beneficia das políticas públicas.

Em debate sobre comunicação, Éden Valadares alerta para as armadilhas da extrema direita nas eleições

Redação Focus Brasil

Durante as atividades do aniversário de 46 anos do Partido dos Trabalhadores aconteceu a mesa “Comunicação, Democracia e Soberania”, coordenada pela secretária nacional adjunta de Comunicação do PT, Camila Moreno. Os expositores foram Paulo Okamoto, diretor do Instituto Lula, Otávio Antunes, especialista em marketing político, Tiago César, secretário executivo da Secom do governo federal e Éden Valadares, Secretário Nacional de Comunicação do PT.

Éden Valadares fez uma leitura crítica da realidade e apontou o quanto as mudanças tecnológicas estão transformando as vidas das pessoas. E ele fez um alerta muito importante tomando como exemplo o que aconteceu nos processos eleitorais de países como Malásia, Nepal e Peru, onde a extrema direita venceu as eleições através da disseminação de informações falsas na internet com a utilização de milhares de perfis falsos em redes sociais. “O que eles fazem nesses países é um ensaio do que eles podem fazer aqui. Nós estamos denunciando desde já. Lembra de quando tiraram o presidente Lula do campo de busca da Meta no momento em que ocorria uma votação importante? Vão tentar desestabilizar o nosso processo eleitoral. Precisamos monitorar as ameaças constantemente”, destacou o secretário nacional.

Por fim, o secretário afirmou que lutar pela regulação das redes é fundamental para a garantia da soberania digital que, por sua

vez, é de suma importância para garantir soberania nacional em um mundo que está cada vez mais dominado por mega conglomerados midiáticos e tecnológicos, as chamadas “big techs”. Valadares admitiu que o PT está atrasado na corrida da comunicação digital, mas afirmou que o partido está atento e investindo na sua atuação voltada para a tecnologia. Éden destacou novas ferramentas do partido como um aplicativo para smartphones, uma estrutura em redes como WhatsApp e Telegram e ainda uma ação para crescer organicamente nas redes sociais.

Otávio Antunes, especialista em marketing político, iniciou sua fala lembrando que a comunicação dá vazão ao que pensa a política e argumentou que esse sentido precisa ser sempre considerado na hora de agir. Antunes apresentou uma análise sobre a conjuntura eleitoral brasileira e disse que são muitos os desafios do processo eleitoral que se aproxima e que 2026 não será semelhante ao que foi 2022, quando a eleição foi um plebiscito sobre o mandato de Jair Bolsonaro. Agora, o Partido dos Trabalhadores precisará defender o seu legado à frente do Planalto, toda a reconstrução das políticas públicas. Para o especialista em comunicação política, o PT precisa aprender a organizar as disputas que a sociedade deve travar contra o discurso retrógrado.

O secretário-executivo da Secretaria de Comunicação do governo federal, Tiago César dos Santos falou à plateia petista sobre como o governo federal se reposicionou politicamente ao lançar o slogan “do lado do povo brasileiro”. Após a mudança, fizeram o diagnóstico de que as políticas públicas realizadas pelo governo não eram do conhecimento da maior parte da popula-



ção. Desde então, o trabalho vem se concentrando exatamente nisso, fazer com que a população saiba o que o governo está fazendo. Ao final de sua apresentação, ele exibiu o vídeo da campanha lançada pelo Planalto do Pacto Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio e afirmou que essa é uma das pautas mais importantes para esse ano, além da demarcação do combate aos privilégios e da importância dos direitos.

Paulo Okamoto, diretor do Instituto Lula, falou sobre o projeto “Pode Espalhar”. De início, lembrou sobre a importância de conseguir convencer as pessoas, que esse é o principal objetivo da comunicação na política e o Pode Espalhar foi criado exatamente para isso. “Precisamos de uma rede forte, com estratégia, para poder defender a democracia e o Lula”. Okamoto explicou que estão em contato com lideranças, dirigentes e parlamentares do Partido dos Trabalhadores para fazer com que todos entrem nessa rede e que a estratégia é definida pelo secretário Nacional de Comunicação do PT, Éden Valadares. “Para o PT, o Pode Espalhar é mais do que um instrumento de comunicação. É também um instrumento de organização”, afirmou o dirigente do IL. Ele ainda disse que o projeto produz muito conteúdo de caráter nacional todos os dias e que isso pode ajudar nas campanhas de diversos candidatos do partido.

Democracia em disputa e avanço da extrema direita marcam debate político nos 46 anos do PT

Mesa reúne o presidente nacional do PT, Edinho Silva, a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), o ex-ministro José Dirceu, o deputado federal Hélder Salomão (PT-ES) e a secretária nacional de Planejamento e Finanças do partido, Gleide Andrade, para analisar a conjuntura política e os desafios do próximo ciclo eleitoral

Redação Focus Brasil

O início das comemorações pelos 46 anos do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras transformou Salvador (BA), nesta quarta-feira, 5 de fevereiro, em ponto de encontro de dirigentes, parlamentares e militantes. No centro da programação política do primeiro dia, a mesa “Rumos do Brasil: Estratégia e Projeto de País” colocou em debate a conjuntura nacional e internacional, olhando para o próximo ciclo eleitoral.

A mesa foi coordenada pela secretária nacional de Planejamento e Finanças do PT, Gleide Andrade (PT-MG), e contou com a participação do presidente nacional do partido, Edinho Silva (PT), da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), do ex-ministro José Dirceu (PT) e do deputado federal Hélder Salomão (PT-ES).

O presidente nacional do PT apresentou uma análise da conjuntura política no mundo e no Brasil. “A geopolítica está diferente”, afirmou Edinho. Segundo ele, cresce globalmente a percepção de que o modelo vigente não responde às expectativas da população, o que tem alimentado sentimentos antissistêmicos explorados pela extrema direita.

“As pessoas votam, mas suas expectativas acabam não sendo atendidas”, observou.

Edinho destacou que esse cenário impõe desafios centrais ao partido na disputa de 2026. “Precisaremos defender o nosso legado diante desse contexto”, afirmou.

O dirigente também apontou a segurança pública como uma das pautas que exigirão maior aprofundamento, lembrando que o tema vem se consolidando como eixo decisivo em eleições no Brasil e no mundo.

Democracia, desigualdade e reconstrução do vínculo com o povo

Muito celebrado pela militância presente, José Dirceu fez uma leitura histórica do desenvolvimento econômico brasileiro e da formação das desigualdades sociais no país.

“O problema do país é a concentração de riqueza que foi se acumulando ao longo do tempo”, afirmou o dirigente histórico do PT, que deve disputar uma vaga na Câmara dos Deputados em 2026.

A deputada federal Benedita da Silva destacou que o sistema econômico vigente produz desigualdades de forma estrutural, mas ressaltou o papel do partido diante desse cenário. “O sistema é capitalista, mas nós não vamos

deixar o povo passar fome”, afirmou.

Benedita também enfatizou a importância da força orgânica do PT. “Edinho é o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. Ele não pode dar um passo maior do que as próprias pernas se as nossas não estiverem caminhando com ele. É isso que faz com que o presidente Lula avance. Ele sabe que tem o partido ao seu lado e, por isso, se sente fortalecido para fazer o que faz”, concluiu.

Encerrando a mesa, o deputado federal Hélder Salomão destacou que a mudança da conjuntura política exige novas formas de atuação. Segundo ele, a simples comparação de legados ou a apresentação de políticas públicas já não são suficientes para enfrentar o avanço da extrema direita. “É preciso falar de sentimentos, de sonhos e de esperança, além de rediscutir nossa forma de comunicação com a população”, afirmou.

Salomão defendeu um posicionamento mais firme do governo e do partido ao lado do povo brasileiro e ressaltou que o enfrentamento ao fascismo não pode se restringir ao período eleitoral. Para ele, o fortalecimento do PT nos estados e municípios, aliado à mobilização social permanente, é condição central para sustentar um projeto de país no longo prazo.



Produzida pelo Butantan, vacina inédita contra a dengue começa a ser enviada ao SUS

Aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no início de dezembro, a Butantan-DV é o primeiro imunizante contra a dengue em dose única no mundo; cerimônia com a presença de Lula marcou as primeiras aplicações da vacina

Em mais um passo histórico para o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, a vacina contra a dengue produzida pelo Instituto Butantan teve suas primeiras doses aplicadas nesta segunda-feira (9), em cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e

do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Agora, imunizante começa a ser enviado às unidades de saúde numa ação que envolverá multiprofissionais do SUS, incluindo agentes comunitários, enfermeiros, médicos e demais profissionais cadastrados. O imunizante foi testado para ser aplicada em pessoas com idade de 12 a 59 anos.

Aprovada pela Anvisa em dezembro passado, a Butantan-DV é o primeiro imunizante contra a dengue em dose única no mun-

do. A vacina foi desenvolvida pelo Instituto do Butantan a partir de uma parceria articulada pelo Ministério da Saúde com a empresa chinesa WuXi Vaccines.

A nova dose utiliza a tecnologia de vírus vivo atenuado, já utilizada em outros imunizantes em uso no Brasil e no mundo, como a vacina tríplice viral, a vacina contra a febre amarela, a vacina contra a poliomielite e algumas vacinas contra a gripe.

De acordo com a avaliação técnica da Anvisa, a Butantan-



-DV apresentou eficácia global de 74,7% contra dengue sintomática na população de 12 a 59 anos. Isso significa que, em 74% dos casos, a doença foi evitada por conta da vacina.

A dose também demonstrou 89% de proteção contra formas graves da doença e contra formas de dengue com sinais de alarme, conforme publicação na *The Lancet Infectious Diseases*.

A previsão é proteger 1,2 milhão de trabalhadores que atuam na linha de frente do SUS – no estado de São Paulo, são mais de 216 mil profissionais. Foram enviadas aos estados as primeiras 650 mil doses, e o restante está previsto para as próximas semanas.

Dia histórico

O ministro e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também visitaram nesta manhã o Centro de Produção de Vacina contra a Dengue (PVD) do Instituto Butantan, em São Paulo.

“Um dia histórico. Não tenho dúvida nenhuma de que, hoje, nós estamos presenciando um marco histórico que vai colocar o Butantan entre os maiores complexos de inovação tecnológica e indus-

trial do mundo”, disse Padilha.

“Cada vacina, cada medicamento, cada tecnologia, cada inovação que vai vir com a terapia celular vai tratar as pessoas no Brasil. E, cada vez mais, vai tratar no mundo, com um único interesse: salvar vidas e não só obter lucro a partir daquilo que produz”, completou.

Novos investimentos

Além da aplicação das primeiras doses da vacina nacional contra a dengue, a presença de Lula no Butantan marcou o anúncio de R\$ 1,4 bilhão para a construção de duas novas fábricas do instituto Butantan e a modernização de outras duas.

O investimento integra a política do Governo Federal voltada ao fortalecimento da indústria com foco nas principais necessidades de saúde da população. Com recursos do Novo PAC Saúde, as obras visam garantir autonomia nacional na fabricação de soros e imunizantes avançados, como os de RNAm, colocando o Brasil em nível de excelência no desenvolvimento de inovação biotecnológica.

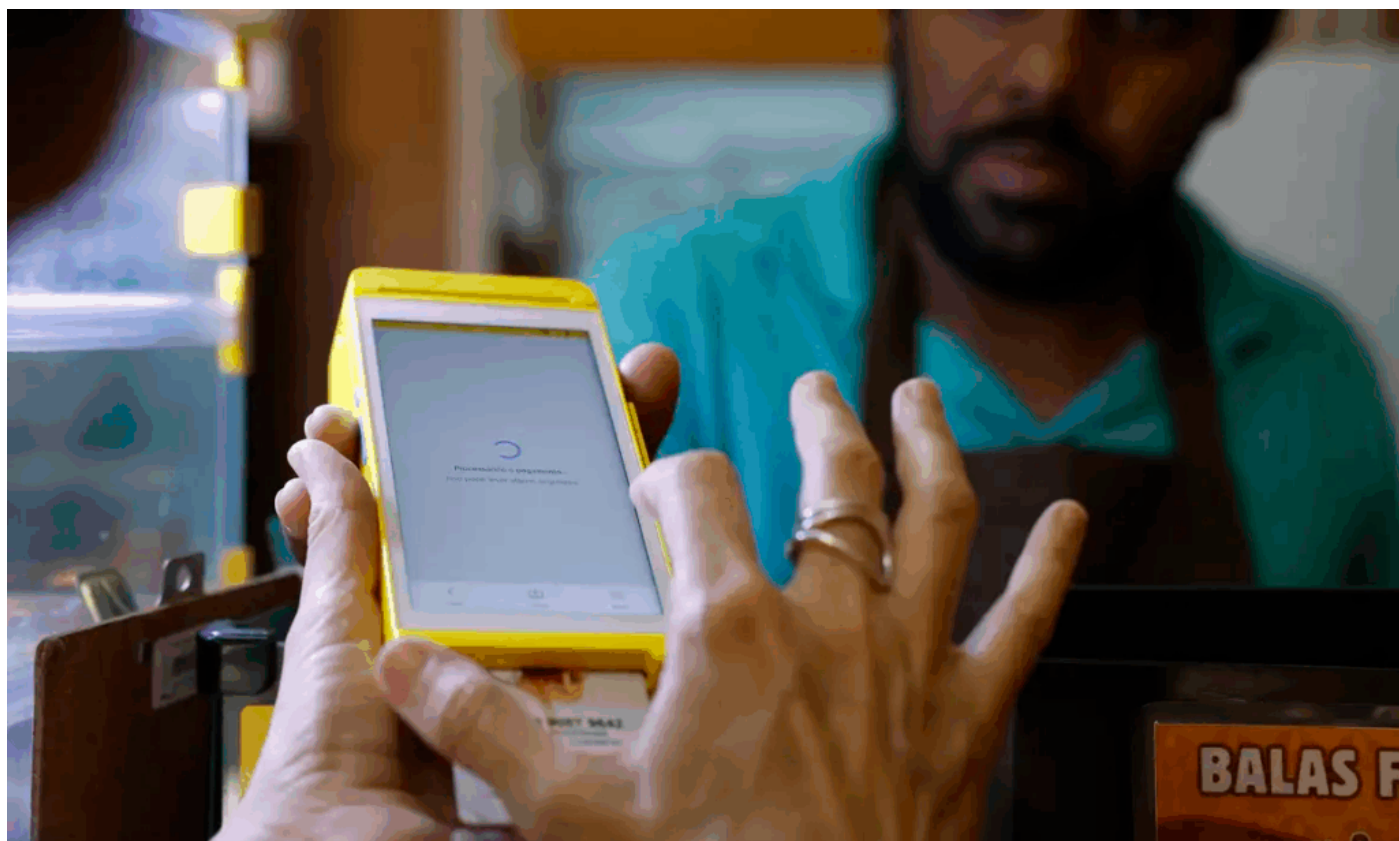
Fortalecer o Butantan não é

uma decisão econômica para ajudar este ou aquele estado. Ajudar o Butantan é ter apenas a primazia de dizer que a gente está ajudando 215 milhões de almas que vivem neste país e que precisam que o Estado Brasileiro invista. Enquanto eu tiver possibilidade de ajudar, não faltará dinheiro para pesquisa nem no Butantan nem em nenhum outro instituto de pesquisa nesse país”, afirmou presidente da República.

O vice-presidente Alckmin destacou que os investimentos representam a determinação do Governo do Brasil em aliar desenvolvimento com bem-estar da população. “Vacina é política pública, é Estado presente. Ao investir no Instituto Butantan, o governo do presidente Lula reafirma que saúde, ciência e vida são prioridades nacionais”, afirmou Alckmin.

As obras anunciadas nesta segunda-feira têm como objetivo garantir autonomia nacional na fabricação de soros e imunizantes avançados, incluindo vacinas de RNA mensageiro (RNAm), além de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) das vacinas DTPa e HPV, ampliando a autonomia do Sistema Único de Saúde (SUS). A tecnologia de RNA mensageiro fornece instruções temporárias às células para ativar o sistema imunológico, sem o uso de vírus vivos e sem alterar o DNA humano.

As novas plantas permitirão capacidade anual de até 6 milhões de doses da vacina DTPa, com investimento de R\$ 550,7 milhões; e de 20 milhões de doses da vacina contra o HPV, com aporte superior a R\$ 495,9 milhões. A unidade de soros e área multipropósito, com investimentos de R\$ 232,5 milhões, terá capacidade inicial de 1,2 milhão de frascos de soro concentrado por ano, podendo alcançar 5,5 milhões de frascos de soro líquido ao ano após a conclusão das obras.



Vale-alimentação e refeição: novas regras valem a partir de terça (10)

Medidas foram apresentadas por meio de decreto assinado pelo governo Lula em novembro passado

Henrique Nunes

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) passou, em novembro passado, por uma série de mudanças com o objetivo de ampliar a transparência, a concorrência e a integridade no setor.

Algumas destas medidas, que são mais uma conquista do governo Lula, entram em vigor a partir desta terça-feira (10). Agora, a taxa de desconto (MDR) cobrada dos supermercados e restaurantes, pelas operadoras, não pode ultrapassar 3,6%. A tarifa de intercâmbio tem teto de 2%, sendo vedada qualquer cobrança adicio-

nal.

Além disso, o repasse do dinheiro aos estabelecimentos deve ocorrer em até 15 dias corridos após a transação. Até então, restaurantes e similares recebiam os valores 30 dias após as transações.

Já estavam em vigor, com a assinatura do decreto, as regras de proteção, com a proibição de práticas comerciais abusivas, como deságios, descontos, benefícios indiretos, prazos incompatíveis com repasses pré-pagos e vantagens financeiras não relacionadas à alimentação.

A nova regulamentação do PAT já foi questionada na Justiça pelas maiores empresas de vale-alimentação e refeição do país, que obtiveram liminares suspendendo a fiscalização ou aplicação de

punições.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), “por ora, elas estão protegidas de sanções por descumprimento das regras de taxas e prazos, mas não estão dispensadas das demais obrigações do decreto e do PAT”.

“É fundamental que todas as empresas ajustem suas operações para estar em conformidade com o novo normativo, inclusive aquelas que possuem liminar.

As liminares não suspendem a vigência do decreto como um todo, nem estendem seus efeitos a outras empresas. O decreto está em pleno vigor e deve ser integralmente cumprido. A obrigatoriedade de observância das novas regras, como o teto de taxas e os prazos de liquidação, é imediata



para todo o mercado, segundo a pasta.

As mudanças no programa beneficiam mais de 22 milhões de trabalhadores, que terão maior liberdade de escolha e melhor aceitação dos cartões. O decreto também traz equilíbrio para empresas e estabelecimentos, garantindo que os recursos sejam usados exclusivamente para alimentação.

Criado em 1976, o PAT é a política pública mais antiga do MTE e vai completar 50 anos em 2026. O programa conta com 327 mil empresas cadastradas e alcança 22,1 milhões de trabalhadores em todo o país.

Outra mudança entra em vigor a partir de 10 de maio, com a transição do sistema atual, em que o cartão de vale-alimentação ou vale-refeição só pode ser utilizado em estabelecimentos credenciados por uma única operadora, para um novo arranjo, no qual o benefício poderá ser aceito em diferentes maquininhas e estabelecimentos, independentemente da empresa emissora ou da bandeira.

Em novembro, 360 dias após a assinatura do decreto, está prevista a interoperabilidade plena do sistema, quando qualquer cartão PAT deverá ser aceito em qualquer maquininha de pagamento no Brasil.

Principais mudanças

- Limite nas taxas: MDR máximo de 3,6% e intercâmbio limitado a 2%, sem cobranças extras.
- Repasse em até 15 dias: Estabelecimentos recebem mais rápido.
- Proibição de práticas abusivas: Fim de deságios e vantagens financeiras indevidas.
- Interoperabilidade: Cartões poderão ser aceitos em diferentes maquininhas a partir de maio; sistema totalmente aberto em novembro.
- Alcance nacional: Regras valem para todo o mercado e impactam 22 milhões de trabalhadores.



Lula ao UOL: “Nós passamos dois anos consertando o país, agora vamos colher os resultados”

Em entrevista à jornalista Daniela Lima, do UOL, presidente fala sobre economia, programas sociais, jornada de trabalho, eleições, Venezuela e a relação com os Estados Unidos

Henrique Nunes

“O povo brasileiro ainda vai conquistar muita coisa boa neste governo.” A afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva abre o tom da entrevista concedida, na manhã desta quinta-feira (5), à jornalista Daniela Lima, do UOL.

Ao longo da conversa, Lula falou sobre a reconstrução do país iniciada em 2023, comentou os resultados econômicos do seu terceiro mandato e defendeu a retomada de políticas públicas voltadas à geração de emprego, ao

aumento da renda e à redução das desigualdades.

Sem dissociar economia e área social, o presidente afirmou que os efeitos das medidas adotadas nos primeiros anos de governo começam a aparecer no cotidiano da população.

“Nós passamos os dois primeiros anos consertando o país. Retomamos obras paralisadas, recriamos ministérios, realizamos novos concursos públicos. Agora, vamos colher os resultados”, disse.

Além do balanço interno, Lula abordou temas centrais da conjuntura política nacional e internacional, como a radicalização

eleitoral, a jornada de trabalho, a situação na Venezuela, a relação com os Estados Unidos e investigações em curso no país. “Só faz sentido a existência de um governo se ele estiver preocupado com a vida do seu povo”, afirmou.

Brasil e Estados Unidos

Lula confirmou que deve viajar a Washington em março para uma conversa direta com o presidente Donald Trump. Segundo ele, o diálogo entre os dois países deve ser amplo, sem temas proibidos, mas com limites claros.

“Em março irei a Washington, provavelmente na primeira semana, para ter uma conversa olho



no olho com Donald Trump. Nós somos presidentes das duas maiores democracias do Ocidente. Temos que sentar e ver quais são os problemas que afligem o Brasil e quais são os problemas que afligem os Estados Unidos. E vamos trabalhar juntos. Não existe tema proibido nesta conversa. A única coisa que eu não discuto é a soberania do nosso país. Essa é sagrada.”

Venezuela e democracia regional

Ao comentar a situação da Venezuela, Lula afirmou que a solução passa pelo fortalecimento da democracia e pela melhoria das condições de vida da população.

“A preocupação principal é a seguinte: há a possibilidade de fortalecer a democracia na Venezuela? Há a possibilidade de os mais de 8 milhões de venezuelanos que estão fora retornarem ao seu país? O que está em jogo é se a vida do povo vai melhorar ou não. Se o país vai gerar emprego ou não. Se vai voltar a produzir petróleo como em outros tempos.”

O presidente reiterou que a América do Sul deve permanecer como uma zona de paz. “O que eu disse ao Trump é que a América do Sul é uma zona de paz. Quem vai resolver o problema da Venezuela são os venezuelanos.”

Integração latino-americana

Lula voltou a defender a integração regional como caminho para enfrentar desigualdades históricas.

“Ou nós, latino-americanos, criamos coragem e criamos instituições fortes entre nós, montamos um bloco para trabalhar conjuntamente com o resto do mundo, ou estamos fadados a mais um século de pobreza e esquecimento. Nós precisamos descolonizar a nossa cabeça.”

Palestina e Conselho de Paz

O presidente afirmou que o Brasil tem interesse em participar de um Conselho de Paz, desde que a Palestina esteja representada.

“O Brasil tem todo interesse

em participar, desde que a Palestina também tenha seu representante. A vida de 75 mil mulheres e crianças não retorna mais. Mas estamos dispostos a participar do Conselho de Paz. Queremos saber quem vai reconstruir as casas, os prédios, as padarias. Queremos saber quem vai cuidar da Palestina.”

Banco Master e atuação do Banco Central

Lula comentou o encontro que teve com representantes do sistema financeiro, incluindo o dono do Banco Master, investigado por operações fraudulentas.

“Eu me encontrei com os presidentes dos principais bancos do país, inclusive com André Vitor. Ele me disse que estava sofrendo perseguição e me contou a sua versão da história. Fui categórico: não haverá posição política pró ou contra o Banco Master. O que haverá é uma investigação técnica feita pelo Banco Central. Foi esta a conversa que eu tive com ele. O que é importante saber é que nós vamos até o fim nessa história.”



Fraudes no INSS

Sobre a investigação no INSS, o presidente afirmou que as irregularidades foram identificadas pelo próprio governo.

“A investigação acontece porque o governo descobriu, por meio da Advocacia-Geral da União, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, que havia uma quadrilha atuando durante o governo Bolsonaro. Quando descobrimos, eu disse que o próprio governo deveria convocar uma CPI, mas isso não podia ser feito.”

Segundo Lula, a CPMI está aberta e a orientação do governo é investigar tudo o que for necessário. “Quando saiu o nome do meu filho, eu o chamei aqui e falei olhando no olho: se houver alguma coisa, você também será investigado.”

Crescimento econômico e reconstrução

O presidente voltou a rebater avaliações pessimistas sobre a economia brasileira.

“Quando eu voltei à Presidência, os pessimistas diziam todo dia que tudo daria errado, que o país não voltaria a crescer. Quero lembrar o que aconteceu em

2023, 2024 e 2025: o país voltou a crescer acima de 3%. Nós passamos dois anos consertando o país. Agora, vamos colher muita coisa boa.”

Programas sociais e renda

Lula criticou setores da oposição que atacam políticas sociais e destacou o impacto direto dessas medidas no orçamento das famílias.

“Teve gente que criticou o governo por aumentar em 1,5% o salário mínimo. Teve gente que criticou até o programa Gás do Povo. Não é possível que uma pessoa pobre tenha que gastar 10% do seu salário com o botijão de gás.”

Segundo o presidente, a combinação de políticas pode gerar uma economia significativa. “Se juntar ações como o Gás do Povo e o Luz do Povo, isso pode representar uma economia de até 250 reais por mês para as famílias.”

Jornada de trabalho e escala 6x1

Lula afirmou que o debate sobre a jornada de trabalho precisa avançar no país.

“Esta não é uma tarefa só do

governo. Nosso papel é estabelecer uma discussão com o Congresso Nacional, com o empresariado e com os trabalhadores. Precisamos iniciar urgentemente uma discussão sobre a jornada de trabalho neste país para que, principalmente, a juventude tenha tempo de estudar, descansar e pensar.”

Eleições e radicalização política

Ao comentar o ambiente eleitoral, Lula afirmou que a radicalização se intensificou a partir de 2014.

“A radicalização começou a partir de 2014. Eu nunca vi uma agressão tão grande contra uma mulher na política quanto a que Aécio Neves fez contra a Dilma. E ainda não aceitou o resultado, entrando com processo para tentar reverter a derrota.”

Para o presidente, o cenário político mudou de forma estrutural. “Hoje é como um campeonato entre Corinthians e Palmeiras. É preciso descobrir quem não torce para nenhum dos dois. Eu estou otimista. Acredito que vamos ganhar. E faço uma pergunta: qual presidente promoveu mais políticas de inclusão social desde a Proclamação da República?”

“É preciso ter mais transparência no uso da IA no período eleitoral”, defende pesquisador

Bruno Mattos, coordenador de projetos no NetLab-UFRJ, falou sobre o cenário de regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil



Divulgação

Claudia Rocha

A relação entre as redes sociais e a propaganda política é tema de preocupação no mundo todo. No Brasil, desde o ano passado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) debate o ponto, com uma camada extra de preocupação: o uso das ferramentas

de Inteligência Artificial.

Com um grupo de trabalho no TSE dedicado ao assunto, grupos de pesquisadores, sociedade civil organizada, partidos políticos, dentre outras organizações, participaram de uma audiência pública na última quinta-feira (5). Na ocasião, o Ministério Público Eleitoral apresentou uma proposta de multa a candidatos que apresentarem conteúdos manipulados por IA em campanhas com o obje-

tivo de desinformação.

Dentre os participantes da audiência, estavam representantes do NetLab, o Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Criada nas eleições municipais de 2024, a Resolução do TSE 23.732/2024 proíbe que as campanhas eleitorais utilizem o chamado “deepfakes” (conteúdos hiper-realistas, com rostos e vozes

manipuladas).

A medida cria também a obrigação de aviso sobre o eventual uso de IA na propaganda eleitoral, restringe o emprego de robôs para intermediar o contato com o eleitor e prevê a responsabilização das empresas de tecnologia que não retirarem do ar conteúdos com desinformação.

Para contribuir com o debate, o NetLab lançou um relatório com recomendações ao TSE sobre as perspectivas de regulamentação do uso de IA no período eleitoral. O coordenador de projetos do NetLab, Bruno Mattos, explica o que está em jogo a partir da incorporação das ferramentas às campanhas e fala da dificuldade de organizar o tema devido ao rápido avanço das tecnologias. Confira:

- Quais são as perspectivas para esse ano eleitoral? Nas últimas eleições, o tema da desinformação foi muito forte, as fake news, mas, como fica o cenário agora com a evolução das ferramentas de Inteligência Artificial?

- Desde as últimas eleições para cá, o Netlab começou a se debruçar muito sobre a questão de golpes e fraudes em redes sociais, em plataformas digitais. E isso nos permitiu acompanhar esse rápido desenvolvimento das ferramentas de Inteligência Artificial generativa sendo usadas para criar fake políticos, porque muitos desses golpes que a gente observa nas plataformas se baseiam na manipulação da imagem de políticos com grande base de apoio, com muita projeção nacional, da esquerda à direita, incluindo o próprio presidente da República, os deputados federais. E, se nesse meio tempo eles estavam sendo usados para propagar golpes e fraudes financeiras nas pla-

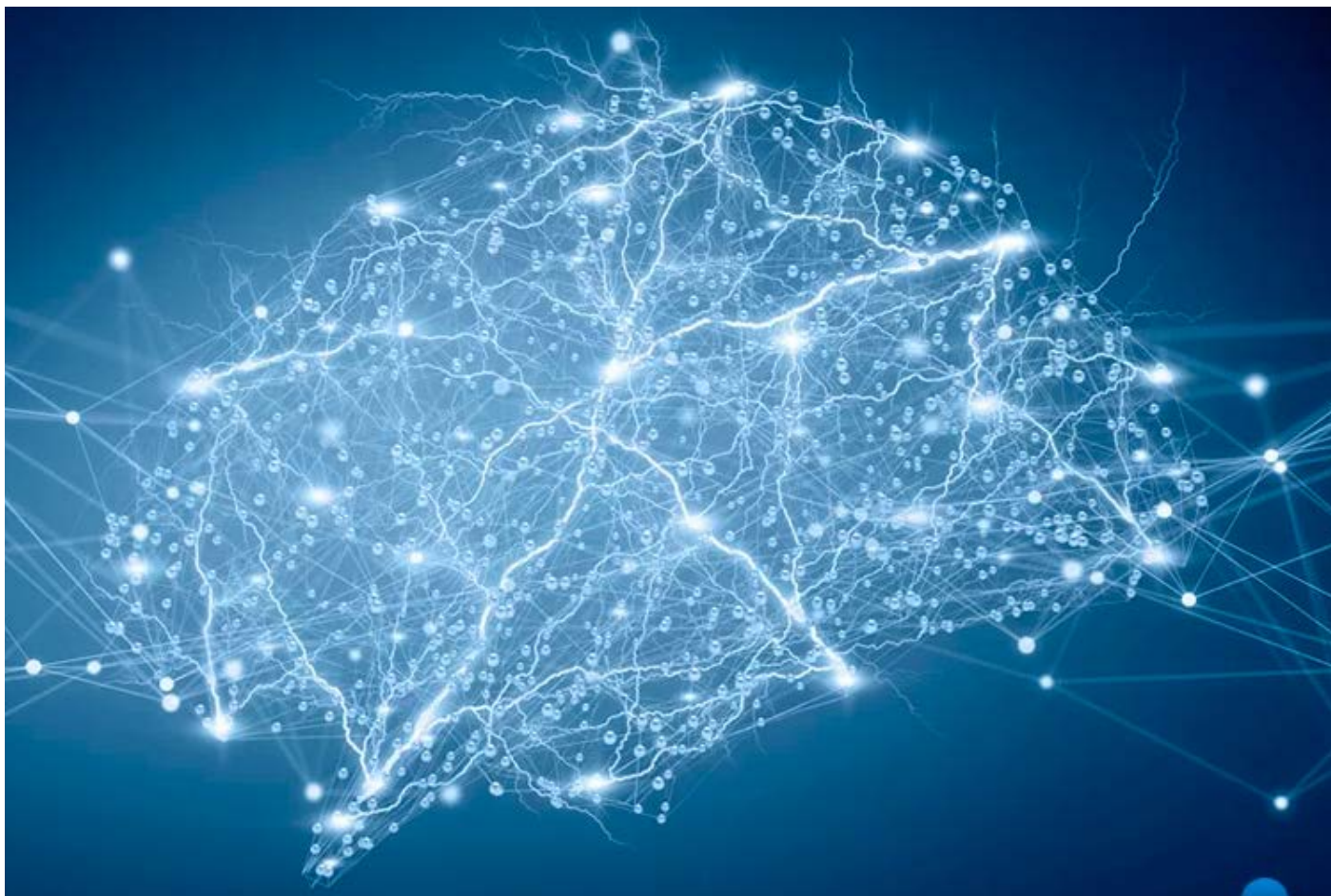
taformas, a gente enxerga isso nada mais do que um laboratório para as eleições. Você refina essa forma de manipulação da opinião pública e da disseminação de desinformação nesses anos entre as eleições para que, quando as eleições chegarem, isso já esteja pronto para ser usado em uma escala maior e para fins eleitorais mesmo. Então a gente olha para esse cenário aqui no laboratório com muita preocupação. A gente entende que essas ferramentas tiveram um avanço muito rápido, muito difícil de mensurar e que isso acaba deixando alguns pontos de vácuo na legislação que a gente tem sobre o tema porque a IA ainda não é regulada no Brasil, e o debate regulatório ainda é muito pouco maduro em todo o mundo. Não é uma discussão só nossa. E as ferramentas de detecção também sofrem muito com esse avanço muito rápido porque o material vai ficando exponencialmente mais refinado e isso faz com que mais e mais conteúdos passem, conteúdos gerados por IA, manipulados por IA, passem despercebidos pelas ferramentas e métodos que hoje existem de detecção.

- Você comentou sobre os casos de deepfake (quando imagens dos rostos de pessoas reais são manipuladas), mas a gente observa também o crescimento de conteúdos com uso de avatares (criação de pessoas que não existem na vida real). Como você avalia esse uso?

- Eu acho que essa coisa dos avatares passa muito por uma questão de barateamento de custos da propaganda. A gente acompanhou a propaganda eleitoral ficando progressivamente mais cara de eleição para eleição. Mega produções de publicidade eleitoral, contratações dos melhores

marqueteiros de publicidade eleitoral para rodar algumas campanhas específicas. E hoje o que a gente tem é um movimento na direção contrária, né? A gente tem essa disseminação em massa de modelos de Inteligência Artificial que no fim servem justamente para tornar todo esse mercado muito mais barato do que ele um dia já foi. De você poder criar com o uso de um prompt toda uma propaganda em segundos, o que, em tese, vai ter o mesmo efeito prático de uma mega produção. Então, isso gera uma economia de recursos substancial. Você não precisa mais se preocupar com questões de organização, de contratar locação, atores, figuração, fechar espaços. Temos visto muitos partidos e alguns políticos explorando esses recursos desde o ano passado. Inclusive, a gente tá falando aqui das plataformas, mas a televisão já tem sido inundada em algum nível por produções de publicidade geradas por Inteligência Artificial, publicidades políticas. Eu acho que a principal janela de oportunidade que os partidos, as coligações e federações enxergam é justamente essa questão dos custos. Mas a população não tem esse discernimento, depois de uma vida toda acostumada a ver produções estreladas por pessoas reais. E agora as produções já estão se tornando cada vez mais imperceptíveis. Há dois anos, uma peça gerada por IA era muito diferente do que uma mesma peça gerada por IA hoje. A fronteira do que é real e do que não é realmente acabou ficando borrada. Apesar desse uso, que podemos chamar de legítimo, isso abre portas para pessoas mal intencionadas.

- E com relação ao uso e também sobre a regulamentação em outros países. Qual é o contexto? A gente percebe que alguns po-



líticos, como é o caso de Donald Trump, fazem um uso mais voltado ao contexto da sátira, da ofensa e agressão, por exemplo.

- Sim, inclusive com um caso gravíssimo recente [ataques racistas ao casal Obama]. O que a gente tá vendo agora é na Europa passou o AI Act. É uma nova regulação da IA e serve para a gente aqui na América Latina como todo, mas, especialmente o Brasil, como um farol nessas questões de regulamentação e regulação de novas tecnologias. A Europa passou o AI Act, só que eles ainda estão no momento de pensar como vai se dar essa regulamentação do AI Act. Beleza, regulamos e agora o que a gente precisa fazer para que isso comece a valer? Eles estão debatendo formas de fazer isso valer e tornar o uso da Inteligência Artificial generativa mais transparente. Então os provedores de ferramentas de Inteligência Artificial teriam que cumprir com algumas normas e regras de

diligência e transparência, mas ainda está sendo discutido como que isso vai ser implementado. Fala-se muito da questão da marca d'água, que todos os provedores de modelos de inteligência artificial teriam que colocar marca d'água nos conteúdos que são gerados a partir desses modelos. Só que como que isso vai ser feito? Vai ser uma marca d'água visível para todos os usuários ou vai ser uma marca d'água integrada aos metadados daquele vídeo ou daquela imagem? Isso ainda não se sabe. Isso vai ser só para os especialistas poderem analisar depois ou vai ser para a população geral poder bater o olho e falar: "tudo bem, isso aqui foi gerado por Inteligência Artificial"? Realmente é uma discussão muito embrionária e que não acompanha o desenvolvimento dessas tecnologias. E isso não é uma crítica, o fato da legislação não acompanhar, é realmente uma constatação de como caminha esse debate. Por-

que a gente tem o ritmo comum da legislação, da regulação, do debate regulatório, que deve ser feito com muita calma, para que ele não precise ficar passando por atualizações recorrentes nos próximos anos, o que é sempre um risco, quando a gente está regulando novas tecnologias. Acontece que a gente acaba tendo essa situação em que o uso desenfreado é pouco vigiado e pouco observado. Então, esse momento de transição está um pouco difícil, não só aqui, mas em todo mundo. Recentemente, eu estava lendo um relatório dos pesquisadores da Holanda sobre as eleições que tiveram lá no ano passado, e eles apontaram que, por mais que lá nos países baixos a utilização de IA para gerar conteúdo político eleitoral e de campanha não fosse tão massivo quanto se imaginou, os conteúdos em tom de deboche e sátiras foram usados e com um volume de alcance muito maior do que outros conteúdos. Por

mais que o número desse tipo de conteúdo seja menor no geral das campanhas, ele alcança muito mais, atrai mais interações, mais compartilhamentos e comentários, mais engajamento por parte dos usuários. Realmente é um apelo muito grande, e isso deve ser algo que será debatido neste ano no Brasil.

- E além das empresas geradoras das tecnologias de IA, qual o papel das plataformas das redes sociais nesse sentido? Você acha que elas estão preocupadas em ter algum tipo de regulação interna ou preferem deixar correr solto, já que isso gera mais engajamento?

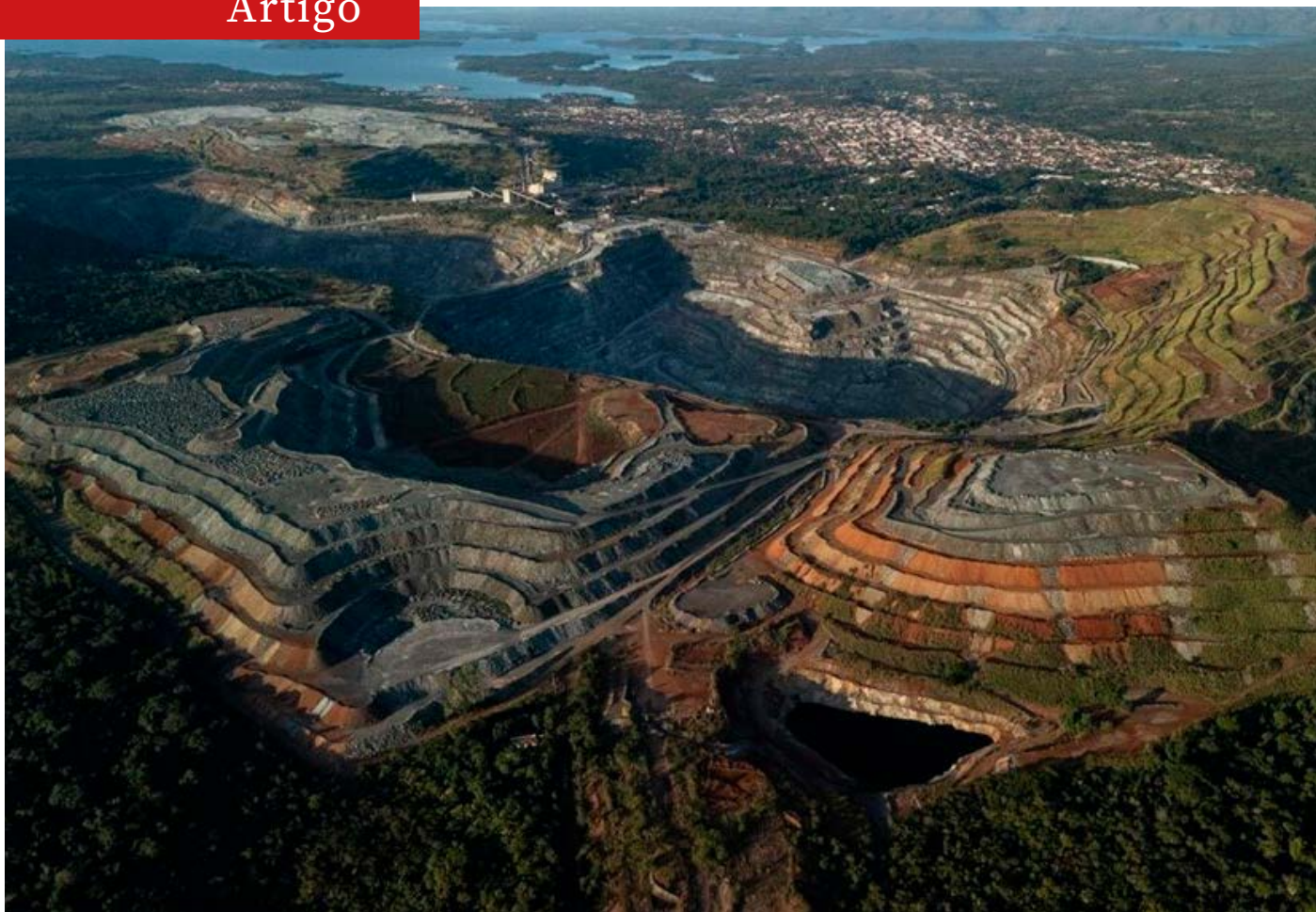
- Muitas das grandes plataformas estão ocupando essas duas posições hoje, de retransmissoras dos conteúdos que os usuários geram a partir da utilização de Inteligência Artificial e também de responsáveis por esses mesmos modelos em muitos casos. Como o X, por exemplo, que tem o Grock embutido e que qualquer pessoa consegue se comunicar e fazer um comando para o Grock. É necessário observar isso de perto porque o Grock é usado para gerar todo tipo de mídia criminosa, como deepfakes e deep nudes, que colocavam até menores de idade nessa posição subjugada, de discriminação e violência. Então, essas plataformas que mantêm esses modelos de IA facilmente acessíveis ao grande público, a partir de uma única mensagem, com um curto comando, no caso de uma regulação, teriam que se submeter a essas novas regras de geração de conteúdo. Muitas das grandes plataformas se colocam nesse lugar, nessa zona mista, vamos colocar assim, tanto de disseminadora quanto de produtora, e a gente entende também que todas essas plataformas,

gerando ou não essas imagens, teriam que, pelo menos, ter esse tipo de aviso básico de que aquele conteúdo que a pessoa está vendo foi gerado por Inteligência Artificial. E isso é muito difícil de fazer por conta da questão dos modelos de detecção de conteúdo gerados por IA não serem tão precisos quanto a gente gostaria, apesar de que sabemos que as big techs são capazes de produzir tecnologia nesse sentido, por exemplo, da detecção. Muitas vezes a responsabilidade cai apenas no produtor. Então, o usuário que publica que teria essa responsabilidade de sinalizar que aquele conteúdo foi gerado por IA. Só que quando a gente pensa num contexto de disseminação de desinformação política são justamente esses atores que não querem identificar os conteúdos como artificiais. As plataformas deveriam investir mais em tecnologias e maneiras de sinalizar, de forma automática ou semiautomática, que esse uso de IA foi substancial para gerar uma determinada mídia que subiram para ela, né? E não deixar esse peso todo só no usuário, que muitas vezes age de uma fé.

- Agora, sobre o contexto do Brasil. O NetLab elaborou um relatório com recomendações em relação a uma resolução do TSE sobre o funcionamento da propaganda eleitoral. Comenta um pouco sobre esse trabalho.

- Sim, a gente submeteu essas recomendações na última semana e nós participamos de uma audiência pública na semana passada. Algumas recomendações são em relação à transparência de publicidade e dos conteúdos gerados por IA. A gente também propôs melhorias e aperfeiçoamentos à transparência de moderação de conteúdo, que é sempre uma pauta sensível em eleições e muito

explorada politicamente. No que diz respeito ao uso de Inteligência Artificial, eu acho que a nossa principal recomendação vai justamente nesse sentido de ter maior transparência dos conteúdos que são gerados, entendendo que esse não é um papel só do usuário de declarar, mas também da plataforma de etiquetar esse conteúdo depois que ele é publicado, delas assumirem esse papel. E a gente também bateu muito na tecla da transparência porque a gente depende muito dos repositórios que as plataformas disponibilizam hoje para estudo e investigação, só que muitas dessas ferramentas estão muito abaixo, performam muito abaixo do que deveriam e poderiam para que esse tipo de investigação ocorresse da melhor forma possível. As plataformas não cumprem com esse papel de transparência de forma tão ativa quanto elas dizem que fazem. Outras recomendações na publicidade política tem a ver com a publicidade comercial disfarçada. Então, por exemplo, há muitas plataformas que dizem que não veiculam, que não permitem que seja veiculada publicidade política, mas quando o usuário acessa essa plataforma, ele é inundado por propagandas veladas, por anúncios velados. E é importante notar que essas recomendações fazem parte de um contexto maior, que é o da Sala de articulação contra a Desinformação, que é um conjunto de organizações da sociedade civil que articulam pautas comuns para avançar com o combate à desinformação no Brasil, com o debate regulatório de novas tecnologias, de forma mais coordenada. Há pessoas que vão trazer o ponto de vista mais social do uso dessas tecnologias. Outras pessoas vão trazer, a expertise mais técnica. Nós do Netlab temos um background muito da comunicação, mas há também advogados e outros pesquisadores.



“Terrabras, uma estatal necessária”

Cabe perguntar se existem paralelos entre as riquezas minerais ‘petróleo’ e ‘terras raras’? Sim, muitos. É preciso destacar que além da exploração, a preocupação central deve estar assentada na “agregação de valor”, ou seja, no que fazemos com o produto explorado

Arthur Oscar Guimarães

A urgência do tema terras raras exige grande atenção do Brasil. Em tempos do discurso fácil em relação à privatização, normalmente apresentada como um remédio infalível para todos os males nacionais, em particular na área econômica, aos mais apressados (quicá aos equivocados) pode parecer que a defesa da estatização de um setor seja um total contrassenso, ainda mais quando se defende a estatização

aliada à criação de uma nova empresa estatal. Pois é isso mesmo que propomos nesse artigo: a criação da TERRABRAS – Terras Raras do Brasil S/A. E vamos explicar as nossas razões.

Um pouco de história:

Motivado pela campanha “O petróleo é nosso”, o presidente Getúlio Vargas assina a Lei nº 2.004, que cria a Petrobras. De controle e propriedade totalmente nacionais, com participação majoritária da União, a Petrobras detém o monopólio da exploração de todas as etapas da indústria petrolífera, com exceção da distri-

buição.

É bem verdade que a dinâmica do setor e, fundamentalmente, as visões político-ideológicas distintas às que motivaram a criação da Petrobras se alteraram ao longo dos anos, com consequências para as regras de exploração do petróleo no Brasil. Mas nem precisamos nos estender na importância e no relevante papel da União para a indústria petrolífera nacional, e aqui destacamos o ano de 2006 quando alcançamos a “autossuficiência sustentável do Brasil na produção de petróleo e gás, com a entrada em operação das plataformas P-34 e P-50, cujos

projetos foram desenvolvidos pelo Cenpes (Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello)."

Mas é a descoberta do pré-sal naquele mesmo ano de 2006, o fato que mudaria enormemente a empresa nos cenários nacional e internacional.

Nunca é demais lembrar que em menos de 15 anos depois daquela descoberta, em 2022, nada mais nada menos que 92% da produção total de petróleo no Brasil tinha origem em águas profundas e ultraprofundas, o que reflete claramente uma opção pelo desenvolvimento tecnológico endógeno.

Mais que isso, diríamos que uma busca por autonomia tecnológica. Hoje, a Petrobras descobre mais reservas do que produz e tem petróleo garantido até 2038. As últimas notícias informam que "mantendo-se o ritmo atual de exploração, a Petrobras terá reservas suficientes por mais de uma década sem novas descobertas adicionais" (Revista Fórum; Nova Lado B – Edição N° 1.710 – 03.02.2026).

Mas sabemos que há, nesse cenário, o debate ambiental e, agora em janeiro de 2026, 161 organizações da sociedade civil, ligadas ao Observatório do Clima, entregaram ao governo Lula, documento com "recomendações para a redução da dependência de combustíveis fósseis". O objetivo é exigir que o governo estabeleça um cronograma a fim de "zerar os leilões de petróleo no Brasil".

Diante das afirmações até aqui mencionadas, cabe perguntar se existem paralelos entre as riquezas minerais 'petróleo' e 'terras raras'? Sim, muitos. É preciso destacar que além da exploração, a preocupação central deve estar assentada na "agregação de valor", ou seja, no que fazemos com

o produto explorado. Este é o x da questão, visto que aí nasce e reside boa parte de nossa dependência. Porém, antes de tratar das terras raras, há que se considerar um pano de fundo denominado "exploração mineral".

Vejamos o que consta do próprio site da ANM – Agência Nacional de Mineração: A mineração é uma atividade econômica e industrial que inclui a pesquisa, a exploração (lavra) e o beneficiamento de minérios presentes no solo e no subsolo. No Brasil, os recursos minerais pertencem à União, conforme estabelecido no art. 176 da Constituição Federal.

Pronto, agora podemos considerar nosso tema central. O que são terras raras? Por que ganharam maior relevância no século XXI? Vamos tentar responder a essas e outras questões. Por terras raras entende-se o "conjunto de 17 elementos químicos metálicos que estão presentes em minerais e que, apesar do seu nome, ocorrem em abundância na natureza."

O gráfico (apresentado a seguir) nos auxilia a visualizar a dimensão e em que países se localizam as principais reservas mundiais de terras raras. Trata-se de informação importante, pois esse cenário representa mais uma janela de oportunidade para o Brasil, que não deveria ser perdida, pois um cenário de anomia tecnológica e econômica significaria que tais minérios – presentes em nosso subsolo – poderão virar pó enquanto riqueza, se não adequadamente explorados e aqui processados.

Explicando melhor o nosso entendimento a respeito do assunto. Não se trata de contrastar o atual papel destinado à ANM ou ao SGB (MME), mas diante do novo cenário mundial que se vislumbra com a utilização tecnológica das terras raras, estabelecermos no

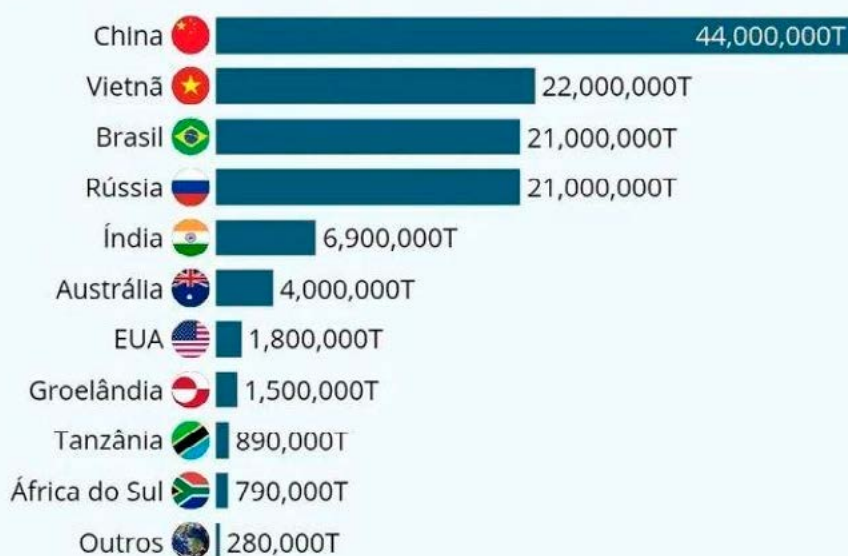
País um projeto nacional, no qual as riquezas minerais deixam de ser comodities a serem retiradas e enviadas ao exterior, mas num futuro de médio e longo prazo o Brasil estar inserido de forma ativa na produção de produtos, partes e componentes, por exemplo de televisores de tela plana, tela de smartphones, lâmpadas led, equipamentos de raio-x e tomografia e até mesmo componentes para mísseis teleguiados, além de aplicações em energia limpa.

É ampla a aplicação industrial dos metais de terras-raras, visto que estão incorporados em supercondutores, magnetos miniaturizados, catalisadores utilizados em refinação de produtos diversos e componentes para turbinas eólicas e ímãs de motores elétricos, carros híbridos. Mas para o Brasil participar da disputa nesses mercados ainda temos um longo caminho a percorrer. Para isso deveremos enfrentar nossas limitações tecnológicas e de investimento. Serão necessários volumes muito maiores que os até aqui realizados.

Nossas reservas de terras raras nos posicionam bem no cenário mundial, mas isso não é suficiente. É a base sob a qual devemos preparar a inserção brasileira de forma competitiva. Observe-se que junto às maiores reservas (gráfico abaixo), ganha relevância verificarmos quem são os maiores produtores de terras raras no mundo (quadro abaixo). No gráfico estão em destaque China, Vietnã, Brasil e Rússia, mas é nosso entendimento que o quadro, ao indicar os dez principais países – em termos de produção de terras-raras em 2025 – sinaliza o verdadeiro embate por esses minerais críticos e, nesse caso, o Brasil está fora do rol dos países com produção mundial relevante, que são: China, EUA, Myanmar, Austrália, Nigéria e Tailândia.

Países com as maiores reservas de terras raras do mundo

Reservas de terras raras a partir de um grupo de 17 elementos naturais (em toneladas métricas, 2021)



Fonte: U.S Geological Survey

Investidores Brasil

Uma primeira observação, um tanto óbvia, tem relação direta com a questão geopolítica das terras raras, pois mais uma vez a disputa principal coloca frente a frente a China e os EUA. Um dado de realidade é que “o monopólio do governo Chinês na produção e exportação destes recursos, tendo em vista sua abundância geográfica, e a maior flexibilidade em legislação ambiental colocam Pequim em uma situação de privilégio estratégico.”

Pensemos em Brasil. Iniciemos pelo nosso nó górdio, pois é fato que há um amplo leque de alternativas que a legislação atual faculta. Segundo a ANM “a exploração mineral é realizada por modalidades legais ou regimes de aproveitamento dos recursos minerais” via: (i) autorizações e concessões; (ii) registro de licença ou licenciamento; (iii) permissão de lavra garimpeira (PLG); e (iv) registro de extração e regime de monopólio (minerais nucleares).

Em todas as modalidades mencionadas, o objetivo é a obtenção

de um título que conceda a exploração do recurso mineral. Mas então, qual é a questão central? Quem pode utilizar este serviço? A própria Agência Nacional de Mineração (ANM), vinculada ao Ministério das Minas e Energia (MME) responde: “Brasileiros, pessoa natural, firma individual, cooperativas ou empresas legalmente constituídas sob as leis brasileiras”.

E o que a realidade revela? Parte substancial dos que buscam tais autorizações junto ao Poder público até podem realizar as pesquisas iniciais, mas um exemplo é do técnico em mineração Rafael Cruz de Oliveira, dono da RCO Mineração, que possui autorização de pesquisa de terras raras (pasmem!!!!) em mais de 100 áreas, nos estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia, com o objetivo de vendê-las para empresas (nacionais e estrangeiras) com estrutura para fazer a mineração. Não se trata de uma ilegalidade, mas de uma anomia nacional.

Para onde caminha o projeto

brasileiro de terras raras?

O cenário descrito demanda mais que uma sinalização ou um discurso em defesa de nossas reservas. É chegado o momento de uma ação específica do Governo Federal, refletindo uma verdadeira atitude nacional. Se o País apenas observar a competição internacional pelas terras raras, mais uma vez o País não participará de forma ativa do processo de pesquisa, exploração, produção e, muito menos, da exportação de produtos com valor agregado. Mais uma vez estaremos no futuro apenas como participante do comércio de commodities.

A necessidade de o Brasil deter parcela significativa das reservas mundiais de alguns desses minerais, exige ação rápida e estratégica do nosso País. Urge a implementação de políticas específicas, coordenação e investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como a geração ou aquisição de domínio sobre as tecnologias de exploração mineral (cuja especificidade e os riscos ambientais são elevados), além do refino e agregação de valor às terras raras.

A ideia de que as respostas virão das forças do “livre mercado” é um ledor engano. Estados ou governos dos países mais bem posicionados na disputa pelo domínio das terras raras têm exercido intervenções diretas neste setor, inclusive no país que até recentemente promovia incansavelmente a proposta do livre mercado para o resto do mundo, os Estados Unidos da América (EUA). Exemplo maior da intervenção estatal norte-americana está ocorrendo nesse momento em território brasileiro, como informa a Folha de S.P. (05.02.26):

“A Serra Verde, única mineradora de terras raras em operação no Brasil, anunciou nesta quinta-feira (5) que um banco estatal dos Estados Unidos aumentou para

| Posição | País | Produção (t) |
|---------|---|--------------|
| 1º | China | 270.000 |
| 2º | Estados Unidos | 45.000 |
| 3º | Myanmar | 31.000 |
| 4º | Austrália Nigéria Tailândia | 13.000 |
| 7º | Índia | 2.900 |
| 8º | Rússia | 2.500 |
| 9º | Madagascar | 2.000 |
| 10º | Vietnã | 300 |

Fonte: Melissa Pistilli (25 de março de 2025). In <https://pt.wikipedia.org/wiki/Terras-raras>

US\$ 565 milhões o financiamento concedido à empresa. Agora, o governo americano também terá o direito de adquirir uma participação acionária minoritária na mineradora. (...) O anúncio desta quinta reforça a estratégia do governo americano de assinar diretamente contratos com empresas de minerais críticos no Brasil, sem necessariamente esperar um eventual acordo com autoridades brasileiras, que cobram que o processamento desses minerais aconteça dentro do país. O Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo, e é visto internacionalmente como uma das maiores alternativas ao fornecimento chinês.”

Ao cotejar os dados das reservas mundiais com a efetiva produção de terras raras, fica evidente que não há forte correlação, nos distintos países citados, entre a produção e as reservas existentes em cada país específico.

A questão central é a existência ou não de um projeto tecnológico de futuro. Nosso ponto de vista é que chegou o momento de o País (inicialmente por meio do Governo Federal) enfrentar os desafios desse “nó górdio” com a criação da Terrabras, garantindo para a União a exploração de nossas terras raras.

A nova estatal nasceria com o envio de um Projeto de Lei do Executivo ao Congresso Nacional. Importante na argumentação em defesa da nova empresa é o fato das “reservas brasileiras representam quase um terço de todas as terras-raras disponíveis, com um enorme potencial para serem explorados e passarem a integrar os circuitos produtivos internacionais” e, por demais importante, que a proposição a ser enviada ao Parlamento faça menções concretas de um planejamento de curto, médio e longo prazos, assim estruturado:

No curto prazo (2027/2028), fase de criação e instalação, buscando evitar maiores custos de implementação da nova estatal vinculada ao MME (ou ao MDIC), a empresa teria estrutura técnica inicial baseada nas competências já existentes no SGB e na ANM;

No médio prazo (2029/2035), fase de consolidação, ocorreria a estruturação da empresa-sede e a implementação de 5 unidades descentralizadas de pesquisa, exploração e processamento da Terrabras nos cinco principais Estados em que se encontram as reservas brasileiras de terras raras: Amazonas; Bahia; Goiás; Minas Gerais; e Sergipe; e

No longo prazo (2035/2050), fase de expansão, para a qual estaria prevista a participação

do Brasil no comércio mundial de terras raras e de produtos que demandem sua utilização, numa base de 5%, em 2035; e 10%, em 2050.

Observações finais

Entendemos que uma abordagem inicial para o debate aqui proposto seria, sob os auspícios do Ministério das Minas e Energia (MME), com a efetiva participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), a organização no início de 2027 de uma ampla Conferência Nacional de Terras Raras – 1ª CNTR, envolvendo as instituições públicas afeitas ao tema (SGB, ANM), órgãos de fomento (BNDES, FINEP, BNB, BASA), os Institutos Federais, as universidades e institutos de pesquisa e a iniciativa privada atuante no setor de terras raras.

Podemos estar diante de um paradoxo, ou seja, não ter produzido terras raras até aqui pode ter gerado uma oportunidade para o Brasil no futuro, mas não nos parece correto justificar nossa ausência no mercado mundial de terras raras como tendo sido resultado de uma decisão estratégica, e a oportunidade seria agora! Sabemos todos que isso não é verdade.

O Brasil não dispõe de explicação plausível para o nosso atraso tecnológico nessa área. Em verdade, esse cenário é reflexo da inexistência efetiva de uma ação institucional pública de monta, como um plano de desenvolvimento industrial para terras raras. É chegado o momento, mais uma vez, de falarmos na necessidade de um projeto nacional. E uma resposta efetiva é a criação da TERRABRAS – Terras Raras do Brasil S.A.



Câmara dá largada ao debate sobre o fim da jornada 6×1

Proposta que enfrenta um dos principais gargalos do mundo do trabalho avança no Congresso e recoloca no centro do debate a redução da jornada sem redução de direitos

A Câmara dos Deputados iniciou oficialmente o debate sobre o fim da jornada de trabalho no regime 6×1, modelo que impõe seis dias consecutivos de trabalho para apenas um de descanso e que afeta milhões de trabalhadores brasileiros, sobretudo nos setores de serviços, comércio e atividades essenciais.

A discussão marca um passo importante na retomada da agenda trabalhista no Parlamento e dialoga diretamente com o debate mais amplo sobre qualidade de vida, produtividade e dignidade no trabalho.

O tema voltou à pauta a partir da apresentação de propostas e requerimentos que buscam abrir espaço institucional para a discussão da redução da jornada sem redução de salários, uma reivindicação histórica do movimento sindical e de setores progressistas do Congresso. A iniciativa também se insere em um contexto internacional de revisão dos modelos tradicionais de organização

do trabalho, impulsionado por transformações tecnológicas, mudanças demográficas e novas demandas sociais.

Um modelo que aprofunda desigualdades

O regime 6×1 é apontado por especialistas como um dos formatos mais desgastantes da organização do trabalho. Além de comprometer o descanso físico e mental, ele dificulta a convivência familiar, o acesso à cultura, ao lazer e à formação profissional. Na prática, atinge de forma mais intensa trabalhadores de baixa renda, jovens e mulheres, aprofundando desigualdades já existentes no mercado de trabalho.

Parlamentares que defendem a revisão do modelo argumentam que a manutenção desse tipo de jornada não dialoga com os avanços tecnológicos nem com a necessidade de modernização das relações de trabalho. Para eles, reduzir a jornada é uma medida que pode, inclusive, estimular a geração de empregos, ao distribuir melhor o tempo de trabalho e ampliar oportunidades.

Debate ganha dimensão política

A abertura do debate na Câmara representa mais do que uma discussão técnica. Trata-se de uma disputa política sobre o papel do Estado na regulação do trabalho e sobre qual projeto de desenvolvimento o país pretende seguir. De um lado, setores que defendem a flexibilização extrema das relações trabalhistas; de outro, parlamentares que sustentam que crescimento econômico deve caminhar junto com proteção social e valorização do trabalho.

O avanço da discussão ocorre em sintonia com a agenda do governo federal, que tem reiterado a importância de políticas voltadas à geração de emprego, aumento da renda e melhoria das condições de trabalho. Embora ainda não haja uma proposta consolidada em tramitação, a sinalização política de que o tema será debatido já é vista como uma vitória por trabalhadores e entidades sindicais.

Próximos passos no Congresso

A expectativa é que o debate sobre o fim da jornada 6×1 avance por meio de audiências públicas, seminários e da articulação entre diferentes bancadas. Especialistas, representantes do movimento sindical, do setor produtivo e da sociedade civil devem ser ouvidos ao longo do processo.

Para os defensores da proposta, o desafio será construir maioria em um Congresso marcado por forte resistência a mudanças estruturais na legislação trabalhista. Ainda assim, a abertura da discussão indica que a pauta do trabalho volta a ocupar espaço central na agenda política nacional, recolocando em evidência a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e bem-estar da população.

Em visita à China, equipe do Centro de Memória da FPA participa de cooperação institucional com Partido Comunista

Agenda teve visitação a museus e palestras com pesquisadores chineses; em março, o presidente do PT irá ao país para um seminário de integração



No mês de janeiro, integrantes do Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, participaram de uma missão na China, com visitas técnicas ao Museu dos 100 anos do Partido Comunista da China, o Museu Nacional da China e com intercâmbio de experiências com pesquisadores da Universidade de Pequim.

Com o objetivo de uma cooperação institucional, a diretora da fundação responsável pelo CSBH,

Elen Coutinho, a coordenadora do centro, Vanessa Nadotti, e o arquivista Sarkis Alves viajaram ao país entre os dias 15 e 21 de janeiro, com a perspectiva de absorver os pontos positivos do trabalho chinês de preservação para elaborar de um projeto que irá marcar os 50 anos do Partido dos Trabalhadores.

Memória

“A política de memória é muito importante na China”, comenta Elen Coutinho. “Tivemos a oportunidade de ver o funcionamento do museu, os sistemas de segurança, de guarda do acervo, a política de memória voltada para es-

colas, conhecer sobre a curadoria das exposições”, relata a diretora da fundação.

Elen Coutinho afirma que a visita foi importante como inspiração para o trabalho realizado no PT. “Recebemos com especial atenção a formação como eles fazem recolhimento de acervo do PCCH, ou seja, a forma como recebem itens que são relevantes para a memória do partido, é algo que contribui para aprimorar nossa política de acervo. E também os diversos formatos de exposição, com muita presença de tecnologia”, conta.

Integração

No mês que vem, o presidente do Partido dos Trabalhadores, Edinho Silva, viaja à China para participar do 9º Seminário Teórico entre o PT e o PCCH. Na agenda, está prevista a assinatura de um acordo de cooperação e uma visita da delegação chinesa ao Brasil, além da possibilidade da realização de exposições em parceria entre os dois partidos.

“Estivemos com o diretor do departamento internacional do partido responsável pelas relações com América Latina e Caribe, e, em todos os momentos, a preocupação com a melhoria da vida do povo era citada como o elo que liga o PT e o PCCH. E, por isso, essa iniciativa na área da memória é tão valiosa, para que essa história que tem a luta por justiça

social como elemento principal seja sempre contada, de forma a fortalecer a luta popular”, opina Elen Coutinho.

Educação

A equipe assistiu a uma palestra temática sobre a história do Partido Comunista da China, ministrada pela professora Wang Yi, da Universidade de Pequim, que abordou quatro grandes fases da trajetória do PCCH, com destaque para o conceito de modernização com características chinesas, a adaptação do marxismo às condições próprias, os planos quinquenais, a erradicação da pobreza, a noção de disciplina atrelada à figura de liderança e a centralidade do povo na construção do partido.

A equipe do CSBH cita como destaque a área educacional dos museus, com integração e direcionamento dos conteúdos aprendidos nas escolas.

No caso do público estudantil, a visita é realizada a partir de uma demanda específica da escola, por exemplo, a depender do período ou tema que a turma estiver estudando, a equipe técnica do Depto de Publicidade e Educação prepara um roteiro e conteúdo específicos para aquela demanda. Dessa forma, o museu acaba sendo também um importante instrumento educacional.

Outros pontos como a construção de uma política de incentivo à visita e construção de público, com a divulgação das atividades dos espaços nos canais de comunicação do Estado, e a grande preocupação com a segurança dos dados do acervo, receberam atenção da equipe durante a visita.

Além do Museu dos 100 anos, os integrantes do CSBH participaram de uma visita ao Museu Nacional da China, onde foram recebidos e acompanhados pelo presidente da instituição, Chen ChengJun.

Jornada Nova Primavera 2026 abre inscrições para formação nacional do PT

Com inscrições abertas até 1º de março, a Jornada Nova Primavera 2026 fortalece a organização de base e a atuação territorial do PT

A Jornada Nova Primavera 2026 foi lançada durante as comemorações pelos 46 anos do Partido dos Trabalhadores, em Salvador (BA). Um projeto de sucesso, a iniciativa integra a estratégia de formação política do partido para o próximo ciclo eleitoral e tem como eixo central o fortalecimento dos núcleos de base, da atuação territorial e da organização popular diante dos desafios de 2026.

O ato de lançamento reuniu dirigentes partidários, militantes e representantes da área de formação, reforçando o papel da educação política como ferramenta estratégica para ampliar a presença do PT nos territórios, especialmente nas periferias, bairros e cidades do país.

Para Osvaldir de Freitas, diretor da Escola Nacional de Formação do PT, a Jornada responde diretamente ao momento político vivido pelo partido e pelo país. “A Jornada Nova Primavera 2026 é fundamental para o momento que vivemos e para a preparação do Partido dos Trabalhadores diante dos desafios de 2026. Ela parte de uma convicção central: é no fortalecimento dos territórios, das ações locais e da organização de base que se constrói o caminho para a transformação do Brasil”, afirmou.

Inscriva-se na Jornada Nova Primavera 2026

Segundo Osvaldir, a proposta da Jornada é recolocar o trabalho de base como eixo estruturante da ação partidária. “Nosso objetivo é mudar o país a partir dos territórios, das periferias, dos bairros e das cidades. É onde pisamos o chão, onde colocamos os pés, que a transformação acontece. Ao fortalecer essa base territorial, caminhamos juntos para seguir ajudando o presidente Lula a transformar o Brasil, um processo que já está em curso. Viva a organização popular e a força da base”, completou.

Nesta edição, a Jornada Nova Primavera 2026 consolida a dimensão territorial da formação, com a implantação de polos presenciais em todo o país e a organização de turmas estaduais estruturadas em dois eixos principais: reflexão política e organização do trabalho de base.

De acordo com Tássia Rabelo, secretária nacional de Formação e Educação Política do PT, a iniciativa reafirma a formação como instrumento central para o fortalecimento partidário e para a disputa política no próximo período.

As inscrições para a Jornada Nova Primavera 2026 estão abertas até 1º de março e devem ser realizadas pelo site da Escola Nacional de Formação do PT.

A íntegra do ato de lançamento está disponível na transmissão ao vivo publicada no **canal oficial da Escola Nacional de Formação do PT no YouTube.**



“A política industrial começa pela casa do trabalhador”

O debate sobre a reindustrialização do Brasil costuma girar em torno de crédito, juros, infraestrutura e tecnologia. Tudo isso é fundamental. Mas há um fator decisivo que segue sendo subestimado: onde o trabalhador mora

Zeca Dirceu

O debate sobre a reindustrialização do Brasil costuma girar em torno de crédito, juros, infraestrutura e tecnologia. Tudo isso é fundamental. Mas há um fator decisivo que segue sendo subestimado: onde o trabalhador mora.

Em pólos industriais de todo o país, empresas têm dificuldade para contratar e manter mão de obra porque o custo e a falta de moradia adequada perto do local de trabalho se tornaram um gargalo real. O resultado é mais rotatividade, menor produtividade e maior pressão sobre salários e benefícios.

É por isso que o Minha Casa, Minha Vida precisa dar um passo adiante. Além de política social, ele pode e deve se tornar uma ferramenta estratégica de desenvolvimento econômico. Criar uma linha específica do programa voltada ao trabalhador da indústria — com condições diferenciadas de financiamento, subsídios maiores ou cotas exclusivas — não é privilégio. É política pública inteligente.

Quando o trabalhador consegue morar perto da fábrica, todos ganham. Ele reduz gastos com aluguel e transporte, melhora sua qualidade de vida e aumenta sua renda disponível. A empresa ganha estabilidade, produtividade e menor custo de rotatividade. O município ganha em arrecadação, planejamento urbano e redução

da pressão sobre serviços públicos. E o país ganha uma indústria mais competitiva.

Em várias regiões, empresários, prefeitos e sindicatos já perceberam isso. Sob a ótica do ESG (do inglês Environmental, Social and Governance), especialmente do pilar Social, a moradia digna e próxima ao local de trabalho é um fator estratégico: ela contribui para melhorar a saúde física e mental do trabalhador, aumentar a segurança, fortalecer vínculos comunitários e ampliar a realização pessoal e profissional.

Garantir, por meio da política pública, habitação adequada não é apenas bem-estar individual — é também favorecer a criação de ambientes produtivos, comunidades mais coesas e relações de trabalho mais sustentáveis. O Brasil não pode continuar tratando habitação e produção como agendas separadas. Países que levam a sério sua política industrial integram emprego, moradia e desenvolvimento regional.

O Novo MCMV já inovou em formato, em alcance e, mais recentemente, dirigiu atenção também para a reforma e melhoria das residências, cuja previsão é fechar o ano de 2026 com R\$ 30 bilhões investidos nessa modalidade. Desde que foi criado, em 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida, em todas as suas linhas de atuação, entregou mais de 8,4 milhões de unidades habitacionais por todo o país. É momento de dar novos passos.

Se queremos reconstruir uma classe média produtiva e fortalecer nossas cadeias industriais, precisamos olhar para além do chão de fábrica. Precisamos olhar para a casa do trabalhador. A nova política industrial brasileira começa ali: na porta da fábrica e na chave da casa própria.

(*) Zeca Dirceu é deputado federal pelo Paraná. Artigo publicado originalmente no Le Monde Diplomatique Brasil.



Ministro Flávio Dino suspende “penduricalhos” dos três poderes

Ministro do Supremo determina revisão de verbas indenizatórias em 60 dias; decisão liminar será submetida ao plenário no dia 25 de fevereiro

Redação Focus Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta quinta-feira (5) os chamados “penduricalhos” do serviço público nos três Poderes da República, reforçando o cumprimento do teto constitucional de remuneração, hoje em R\$ 46.366,19. A decisão liminar será submetida ao plenário do STF no dia 25 de fevereiro.

No despacho, no âmbito da Reclamação nº 88.319, Flávio Dino alertou para o uso “inconstitucional” das verbas indenizatórias, que, na prática, “servem para turbinar salários e ultrapassar o limite previsto na Constituição”. O ministro destacou que apenas parcelas indenizatórias expressamente previstas em lei podem ficar fora do teto.

A cautelar determina que, em até 60 dias, órgãos de todos os níveis da Federação revisem as verbas pagas e

suspendam aquelas que não têm base legal. Além disso, cobra do Congresso Nacional a edição de lei que regule quais verbas indenizatórias são efetivamente admissíveis como exceção ao teto.

“O teto remuneratório não afasta o direito do servidor de receber parcelas indenizatórias destinadas a recompor os gastos por ele efetivados em razão do próprio serviço. Esses valores, entretanto, devem manter correspondência com o ônus financeiro suportado pelo servidor”, afirmou o magistrado em sua decisão.

Império dos penduricalhos

Flávio Dino também defendeu que o Congresso aprove uma lei para deixar claro quais as verbas indenizatórias podem ser admissíveis como exceção ao teto constitucional, que é equivalente ao salário dos ministros do Supremo.

“Por este caminho, certamente será mais eficaz e rápido o fim do império dos penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos servidores púb-

blicos e para a eficiência e dignidade do serviço público”, ressaltou.

A suspensão dos penduricalhos foi decidida em um processo no qual Dino negou o pagamento de auxílio-alimentação retroativo a um juiz de Minas Gerais.

Haddad defende a decisão

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu nesta sexta-feira (6) a aprovação de uma lei para regulamentar as verbas indenizatórias no serviço público e afirmou que cabe ao Congresso Nacional enfrentar o problema dos supersalários.

A declaração foi feita em Salvador, após reunião do Diretório Nacional do PT, ao comentar a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino que suspendeu benefícios pagos sem respaldo legal.

Segundo Haddad, a falta de regras claras fez com que as verbas indenizatórias perdessem o caráter original de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da função pública.

“Não pode ficar sem regra, porque a verba indenizatória, como o próprio nome diz, é um ressarcimento. Esse conceito se perdeu ao longo dos anos”, afirmou.

O ministro criticou a multiplicação de auxílios e benefícios que, segundo ele, ultrapassam 30 tipos diferentes. Para Haddad, esse cenário não é razoável e deveria haver um limite claro para esse tipo de pagamento. Ele lembrou que já defendeu, em outras ocasiões, a criação de um teto para as indenizações.

Na avaliação do titular da Fazenda, a decisão de Flávio Dino está alinhada à Constituição ao determinar que apenas verbas previstas em lei possam ficar fora do teto do funcionalismo público, hoje equivalente ao salário de um ministro do STF.

(Com informações da Agência Brasil)



CPMI do INSS retoma trabalhos após recesso e expõe gargalos na fiscalização de consignados

Comissão retoma investigação sobre descontos e consignados, discute vazamento de dados e autonomia do INSS e põe bancos e governos anteriores no centro da disputa por responsabilidades

Fernanda Otero

Na primeira reunião da CPMI do INSS depois do recesso parlamentar, o presidente do instituto, Gilberto Waller Júnior, prestou depoimento sobre fraudes em descontos associativos e empréstimos con-

signados, no qual afirmou que o “ponto de virada” para o avanço dos descontos associativos irregulares ocorreu em 2019, quando houve afrouxamento na análise dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs). Segundo ele, isso abriu espaço para entidades sem capacidade técnica — ou mesmo “de fachada” — passarem a descontar valores diretamente dos benefícios.

A cronologia, porém, foi contestada pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), que disse ter dados que indicam fraudes e desvios já em 2015 e 2016. O presidente do órgão destacou um dado de impacto social imediato: cerca de R\$ 2,9 bilhões já teriam sido devolvidos a mais de 4,2 milhões de aposentados e pensionistas lesados por descontos indevidos.

Quatro fiscais para 65 milhões de contratos

Um dos pontos sensíveis da oitiva recaiu sobre os empréstimos consignados. Segundo as informações apresentadas na CPMI, o INSS teria apenas quatro servidores para fiscalizar um universo de 65 milhões de contratos, cenário que, na prática, inviabiliza análise detalhada e abre caminho para irregularidades.

Na lista de instituições mencionadas, apareceram casos e suspeitas com diferentes contornos:

- PicPay: Waller disse ter suspenso o produto “Vale Mais” por falta de previsão legal e indícios de ter sido desenhado “sob medida”.
- Banco Master: alvo de apuração sobre 251 mil contratos considerados irregulares, inseridos no sistema após o vencimento do acordo de cooperação, segundo o relato levado à comissão.
- Crefisa: teve acordo não renovado, conforme os registros da reunião, diante de volume elevado de reclamações, com menções a práticas como venda casada e antecipação de crédito com juros acima do permitido.
- Agibank: foi citado em questionamentos sobre empréstimos concedidos a pessoas já falecidas — o tipo de fraude que a comissão passou a tratar como “ressuscitação de mortos”.

Também foi levantada suspeita de conflito de interesses: a ex-coordenadora de pagamentos do INSS Ingrid Camilo teria assumido cargo no Banco Daycoval logo após deixar a autarquia, alimentando desconfiança sobre uso de informação privilegiada e circulação indevida de dados.

Autonomia do INSS vira alvo

Waller justificou o pedido de exoneração da diretora de TI, Leia Bresser, por falhas técnicas relacionadas à gestão da fila. A movimentação, no entanto, veio acompanhada de novo desgaste: parlamentares criticaram a renomeação de Wesley Aragão Martins (sob investigação no Maranhão), ocorrida durante as férias de Waller. Além disso, houve críticas a uma portaria do Ministério da Previdência que teria retirado do INSS, sob o comando, a competência para nomear ocupantes de cargos internos, concentrando decisões no ministro.

BPC: “porta aberta” às vésperas da eleição e crianças lesadas

O deputado Paulo Pimenta (PT) afirmou que irregularidades envolvendo o BPC foram facilitadas por mudanças de regras realizadas pelo governo anterior no período pré-eleitoral. Segundo ele, a autorização para consignados no BPC e no Auxílio Emergencial “abriu a porta” para que beneficiários vulneráveis fossem atacados por fraudes — incluindo crianças, que passaram a sofrer descontos indevidos.

Pimenta também denunciou uso ilegal de dados sigilosos por entidades controladas por pessoas sem histórico profissional, que teriam enriquecido rapidamente com o esquema.

Disse ainda que poucas instituições concentraram as operações do consignado no BPC, citando a Caixa (que teria ficado com 93%) e o banco da família do governador Romeu Zema.

Waller afirmou que, para conter as fraudes, o INSS passou a exigir biometria para desblo-

queio da margem de empréstimo — medida que, na prática, bloqueou novos consignados para crianças por ausência de biometria na base do TSE.

O deputado Alencar Santana (PT-SP) elogiou a transparência de Waller e prestou solidariedade à servidora Márcia Regina, dizendo que ela teria sido intimidada pela oposição após cancelar acordos com entidades fraudulentas em 2019.

O parlamentar atacou o que chamou de “elite do atraso”, associando parte da resistência na CPMI à defesa de interesses de banqueiros. Também citou o Banco Master, apontando que ele foi autorizado em 2020, e defendeu convocações e quebras de sigilo — inclusive do Pastor Zetel, apontado como figura ligada ao entorno do controlador do banco.

Já Rogério Correia (PT-MG) afirmou que o depoimento traz esperança de reconstrução da previdência pública após o que chamou de destruição nos governos de Temer e Bolsonaro. Disse que, das 17 instituições desativadas por irregularidades, 14 teriam firmado acordos durante a gestão Bolsonaro. Correia também citou supostas conexões políticas envolvendo investigados e o senador Flávio Bolsonaro, além de traçar paralelos com personagens da CPI da Covid, o que sugere uma rede criminosa recorrente.

O presidente da CPMI, senador Carlos Viana, informou ao plenário que ainda não obteve confirmação sobre a prorrogação dos trabalhos.

De acordo com o calendário ainda em vigor, a CPMI deve ser concluída até 28 de março de 2026.

Governador Tarcísio veta projeto de apoio a pacientes com Alzheimer e outras doenças degenerativas

Especialista ouvido pela Focus Brasil, Cid Carvalhaes afirma que o veto demonstra insensibilidade e total alienação às condições de saúde da população



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), vetou o Projeto de Lei nº 534/2020, da deputada estadual Beth Sáhão (PT-SP), que previa a criação de uma rede estadual de apoio a pacientes com Alzheimer e outras doenças degenerativas, seus familiares e cuidadores.

O PL, apresentado à Alesp em 2020 e aprovado em dezembro do ano passado, garantia diagnóstico precoce, acesso a tratamento, além de orientação e suporte psicológico às famílias. Diante da decisão do governo estadual, parlamentares e entidades da área da saúde já anunciaram mobilização

na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para tentar derrubar o veto.

O neurocirurgião Cid Célio Jayme Carvalhaes, membro emérito da Academia de Medicina de São Paulo e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Neurologia, afirmou em entrevista à Focus Brasil que a iniciativa desse projeto pareceu, de maneira geral, aos médicos da área, extremamente bem-vinda, pois prevê um arsenal de cuidados profissionais que envolve neurologistas, enfermeiros, fisioterapeutas, fisiatras, fonoaudiólogos e nutricionistas, para que se forme uma rede de cuidados mínimos necessários à sobrevivência e qualidade de vida dos pacientes. E ainda cursos de preparação para cuidadores.

“O veto do senhor governador é coroado de insensibilidade. Alegar que as coisas já são feitas de maneira adequada como justificativa para o veto de uma iniciativa social de tamanha relevância demonstra total alienação às condições de saúde da população, especialmente doenças limitantes como são as enquadradas nas demências e doenças neurodegenerativas. É uma atitude criticável e condenada sob todos os aspectos do ponto de vista médico” afirmou.

De acordo com o especialista, as demências são bastante variáveis e afetam inclusive pessoas jovens, decorrentes, por exemplo, de sequelas de traumatismos, processos infecciosos, tumores, hemorragias cerebrais, acidentes de todas as naturezas. Afetam pessoas com diabetes, parkinson e hipertensão arterial.

“Infelizmente, esses casos não têm tratamento específico e, muito menos, uma cura. São doenças progressivas que comprometem a qualidade de vida do paciente e da família. A partir de determinado momento, esse doente perde o controle e o contato com a realidade. Ele precisa dos cuidados básicos de higiene, alimentação, repouso, medicamentos, fisioterapia, e o ônus disso, principalmente em pessoas de famílias mais desfavorecidas economicamente, acaba recaindo sobre as mulheres da família”, afirma.

Eleitores têm até maio para emissão, regularização e transferência do título

Prazo final se encerra em 6 de maio, confira abaixo como transferir

Segundo prazo legal do Tribunal Superior Eleitoral, eleitoras e eleitores brasileiros têm até 6 de maio para tirar o primeiro título, regularizar a situação eleitoral e pedir transferência de domicílio ou mudança de local de votação para participar das eleições gerais de 2026.

A partir de 7 de maio, o cadastro eleitoral será fechado para organização do pleito, como prevê a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).

O 1º turno está marcado para 4 de outubro. Segundo o TRE-SP, também é possível, dentro do prazo, atualizar dados cadastrais. O tribunal recomenda que o atendimento não seja deixado para a última hora, para evitar filas.

Em 2025, foram registrados 1.391.736 atendimentos no estado, entre alistamentos (primeiro título), revisões e transferências; em janeiro de 2026, houve 202.135 requerimentos, de acordo com estatísticas do TSE.

Passo a passo

O que você precisa saber para tirar primeiro título, regularização, renovação de dados e transferência de domicílio:

1) Antes de tudo: guarde o prazo

- Data-limite: 6 de maio
- Fechamento do cadastro: 7 de maio

2) Separe os documentos

- Para tirar o primeiro título (alistamento):
- Documento oficial com foto (ex.: RG)

- Comprovante de residência recente (no seu nome ou de alguém com quem você mora; ex.: conta de luz, água ou telefone)
- Para pessoas do gênero masculino que completarem 19 anos em 2026: certificado de quitação militar (reservista)

3) Defina o tipo de serviço que você precisa

- Primeiro título (para quem ainda não tem)
- Regularização (por exemplo, se o título estiver cancelado)
- Revisão/atualização de dados cadastrais
- Mudança de local de votação (dentro do mesmo município)
- Transferência de domicílio eleitoral (quando muda de cidade e quer votar em outro município)

4) Escolha como vai fazer: presencial ou internet

Presencial (cartório eleitoral):

- O TRE-SP recomenda agendamento on-line antes de ir.
- Cartórios em SP funcionam de segunda a sexta (exceto feriados), das 11h às 17h.

Pela internet (Autoatendimento Eleitoral):

- Dá para solicitar primeiro título e também revisão, mudança de local e transferência, mas:
- quem ainda não tem biometria precisa ir ao cartório para coletar digitais, foto e assinatura.
- no primeiro título, após o pedido on-line, é obrigatório comparecer em até 30 dias para a biometria; se não for, o requerimento é excluído.

- o serviço on-line para primeiro título será interrompido 30 dias antes de 6 de maio, para garantir tempo de coleta biométrica.

5) Faça (ou confira) sua biometria

- Quem não tem biometria cadastrada precisa fazer a coleta presencialmente para liberar todos os serviços digitais.
- Se a biometria tiver sido registrada/ usada há mais de 10 anos, o sistema pode exigir comparecimento ao cartório.

6) Consulte sua situação eleitoral e eventuais pendências

- No Autoatendimento, use a opção “Consulte a situação de seu título, da sua identificação biométrica e do cumprimento das obrigações eleitorais”.
- Dá para consultar com número do título, CPF ou nome + data de nascimento.

7) Se o título estiver “cancelado”, regularize

- Peça revisão ou transferência (no cartório ou no Autoatendimento) com a documentação exigida.
- Pode haver multa por ausência: R\$ 3,51 por turno em que não votou nem justificou.

8) Pagamentos e canais de ajuda

- Os serviços eleitorais são gratuitos; podem existir apenas multas.
- Pagamento de multa: Pix, cartão ou boleto (GRU).
- Dúvidas: telefone 148 e chatbot Lina (no site e WhatsApp do TRE-SP), segundo o tribunal.

Bolsonaro tem quadro estável de saúde e pode seguir preso, conclui laudo da PF

Laudo do Instituto Nacional de Criminalística afirma que ex-presidente tem quadro estável e pode ser monitorado na unidade



O ex-presidente Jair Bolsonaro, que tentava sua transferência para o regime de prisão domiciliar, pode continuar detido na Papudinha, mas com cuidados e assistência. Essa foi a conclusão da equipe pericial, que elaborou um relatório detalhado sobre as dependências em que ele cumpre a pena. O documento foi assinado pelo médico Hugo Oliveira Cavalcanti, encaminhado nesta sexta-feira (6) ao ministro responsável pela análise do caso, Alexandre de

Moraes. De acordo com a perícia, o ex-presidente Jair Bolsonaro apresenta condições clínicas para permanecer no regime fechado.

O documento — produzido pelo Instituto Nacional de Criminalística e tornado público pelo relator — foi solicitado para embasar a análise de um pedido da defesa por prisão domiciliar. Os três peritos examinaram Bolsonaro no dia 20 de janeiro, na Papudinha, como é conhecida a unidade prisional em que está instalada a Sala de Estado-Maior, na qual o ex-presidente cumpre a pena de 27 anos e três meses de prisão por ter liderado uma tentativa de golpe de Estado.

Os peritos mencionam histórico de “multimorbidade” e registram que Bolsonaro usa medicação contínua e aparelho de CPAP, mas avaliam que isso não torna, por si só, o ambiente prisional incompatível com o tratamento. Ainda de acordo com o minucioso relatório, as instalações foram vistoriadas e, em caso de intercorrência médica, o protocolo prevê o acionamento do Samu e o eventual deslocamento hospitalar.

Segundo o laudo, o quadro clínico de Bolsonaro é considerado estável e pode ser acompanhado fora do ambiente hospitalar, desde que se mantenham as condições atuais de assistência à saúde.



‘Seguimos aquí’: Bad Bunny faz do Super Bowl uma afirmação latina; Trump chama de ‘desrespeito’

O marco “Bad Bunny”: Show em espanhol bateu recorde de audiência entre latinos, celebrou a cultura latino-americana e provocou reação de Donald Trump

Redação Focus Brasil

O show do intervalo do Super Bowl comandado por Bad Bunny neste domingo (8) entrou para a história não apenas pelos números (recorde de audiência entre o público latino nos Estados Unidos), mas pelo que colocou no centro do maior palco da televisão americana: exaltação da cultura latina e um forte e simbólico “seguimos aquí”, dito ao final da apresentação.

Conduzida inteiramente em espanhol, a apresentação de Bad Bunny, com participações de Lady Gaga e Ricky Martin, foi uma afirmação de valorização da cultura latino-americana no coti-

diano dos Estados Unidos, desde a música até a alimentação, em um momento de prisões, deportações e expulsões de imigrantes promovidas pelo ICE sob a política defendida por Donald Trump.

Nos minutos finais, Bad Bunny chamou uma criança identificada como ex-detida por operações migratórias, momento que se tornou um dos mais compartilhados nas redes sociais.

Após a única mensagem em inglês de toda a noite: “God bless America”, a frase que sempre marcou o imperialismo dos Estados Unidos até mesmo perante a “Deus”, foi dita seguida de um cortejo de bandeiras e nomes de países latino-americanos ditos pelo cantor.

Sangue latino: os núme-

ros da apresentação

Segundo dados divulgados pela NFL e repercutidos por veículos como The New York Times e Billboard, o show registrou o maior índice de audiência já medido entre o público latino nos Estados Unidos durante um halftime show, com picos de engajamento nas faixas etárias entre 18 e 49 anos.

Plataformas digitais também apontaram crescimento expressivo: o Spotify informou aumento superior a 120% nas execuções do repertório apresentado nas horas seguintes ao evento, enquanto vídeos oficiais do show ultrapassaram dezenas de milhões de visualizações em menos de 24 horas.

Sem concessões

O New York Times definiu a



apresentação como “um marco cultural em um momento de tensão migratória nos Estados Unidos”, enquanto o Washington Post ressaltou que o show ocorreu “sob o pano de fundo de operações intensificadas do ICE e da retórica anti-imigração defendida por Donald Trump”.

Para a Variety, a opção “rompeu a lógica histórica do Super Bowl como vitrine exclusivamente anglófona”. Já a Rolling Stone destacou que o artista “ocupou o centro do entretenimento norte-americano sem diluir identidade cultural”.

Em Porto Rico, jornal El Nuevo Día destacou a apresentação como “uma afirmação histórica da identidade porto-riquenha diante do público global”, ressaltando o fato de o show ter sido conduzido integralmente em espanhol e de Bad Bunny ter levado ao palco símbolos ligados à diáspora e à experiência migratória da ilha.

O rapper porto-riquenho Residente afirmou que o show foi “um ato de dignidade cultural em um país que insiste em marginalizar quem fala espanhol”.

Ricky Martin, que participou da apresentação, definiu o momento como “uma celebração da história e da resistência cultural

de Porto Rico”. A cantora Lady Gaga publicou registros do espetáculo destacando a “força artística e simbólica de dividir o palco com uma cultura que molda os Estados Unidos”.

Para Trump, um “desrespeito”

Horas após o espetáculo, o presidente Donald Trump publicou críticas nas redes sociais, afirmando que a apresentação foi “desrespeitosa” ao país e que “o Super Bowl não deve ser usado para esse tipo de mensagem”.

Porto Rico, terra de Bunny, vive há décadas sob um regime de restrições econômicas e administrativas impostas por Washington, que limitam sua autonomia política e financeira.

A ilha é submetida à Lei Jones, que encarece importações e exportações, e desde 2016 está sob a tutela de uma junta federal de controle fiscal, criada após a crise da dívida pública, com poder para impor cortes orçamentários e reformas sem consulta popular.

Esse arranjo, uma forma de sanção permanente, afeta serviços públicos, estimula a migração forçada de porto-riquenhos para o território continental dos EUA.

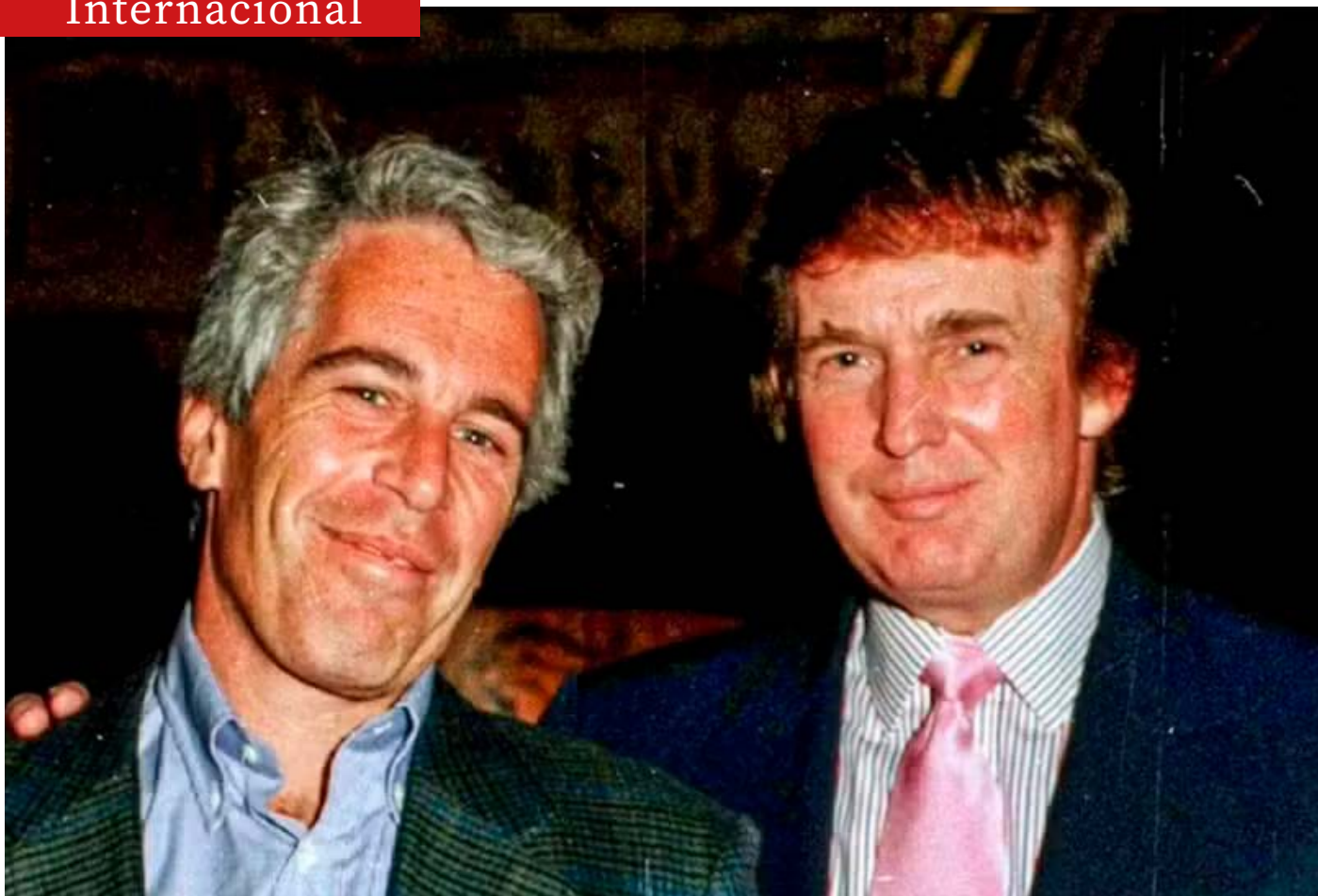
De Vega Baja ao mundo

Você provavelmente já ouviu Bad Bunny antes mesmo de saber quem ele era. Pode ter sido Tití Me Preguntó tocando em alguma festa, Yo Perreo Sola atravessando a pandemia ou Un Verano Sin Ti dominando playlists, praias, rádios e rankings mundo afora. O nome artístico virou onipresente, mas a trajetória é mais política do que parece e vem de bem antes do Super Bowl.

Nascido Benito Antonio Martínez Ocasio, em 1994, em Vega Baja, Porto Rico, Bad Bunny se tornou, em menos de uma década, o artista latino de maior alcance global da era do streaming. Desde o impacto inicial de Soy Peor, em 2017, construiu uma carreira baseada em um princípio simples e raro na indústria pop norte-americana: não traduzir a si mesmo e cantar na própria língua,

Álbuns como X 100PRE, YHLQMDLG, El Último Tour del Mundo e Un Verano Sin Ti quebraram recordes sucessivos, lideraram a Billboard 200 e empurraram a música em espanhol para o topo do mercado global.

Em 2023, Bad Bunny se tornou o primeiro artista latino a vencer o Grammy de Álbum do Ano, um marco que a indústria levou décadas para admitir.



A rede de poder ao redor do caso Epstein

Mais que crimes sexuais: a queda de Jeffrey Epstein expõe o sistema de proteção e o alto preço político da elite global

Fernanda Otero

A abertura de milhões de documentos judiciais nos Estados Unidos, os chamados “Epstein Files”, lançou luz sobre a engrenagem de um dos maiores escândalos de abuso e tráfico sexual de menores da história recente. Mais do que o relato dos crimes individuais do financista Jeffrey Epstein, o caso expõe uma estrutura sistêmica de proteção às elites globais, em que o silêncio foi comprado com influência política e econômica.

Dezenas de reportagens internacionais detalham como o esque-

ma sobreviveu por décadas, operando em uma zona cinzenta entre a alta finança, a diplomacia paralela e o crime organizado. O caso foi aberto ao público na internet através de um email, Jmail, criado por um especialista em tecnologia, que pode ser acessado livremente por aqueles que tiverem estômago e tempo.

A gênese do silêncio

O escândalo não nasceu da falta de denúncias, mas da omissão institucional. Já em 1996, a artista Maria Farmer relatou ao FBI abusos cometidos por Epstein e sua sócia, Ghislaine Maxwell. O alerta foi ignorado. Em 2002, a jornalista Vicky Ward tentou publicar as acusações na Vanity Fair, mas o texto foi cen-

surado após pressão direta de Epstein sobre a cúpula da revista.

Essa blindagem culminou em um acordo pouco comum, em 2008, na Flórida. Na época, promotores federais permitiram que Epstein se declarasse culpado de acusações menores, garantindo-lhe uma pena branda e, crucialmente, imunidade a todos os seus “co-conspiradores”. O acordo funcionou como um salvo-conduto para que a rede de exploração continuasse operando sob o manto da legalidade.

O “corretor” das elites

Para além do tráfico sexual, as novas investigações revelam a função de Epstein como um “fixer” (operador) geopolítico. Ele não



era apenas um predador, mas um nó conectivo entre Washington, Londres e Tel Aviv. Documentos e áudios mostram sua proximidade com figuras como o ex-primeiro-ministro israelense Ehud Barak, a quem Epstein aconselhava sobre investimentos em empresas de cibersegurança e inteligência de dados, como a Palantir.

Essa faceta de “broker de poder” explica por que nomes de ex-presidentes, bilionários da tecnologia e membros da realeza aparecem em seus registros. Epstein oferecia acesso e canais informais de negociação; em troca, recebia a proteção de um sistema que se recusava a investigar seus próprios financiadores.

“Sua Alteza Real”

O desmoronamento público da rede de Epstein arrastou consigo figuras que, até então, pareciam intocáveis, sendo o caso do príncipe Andrew o exemplo mais dramático de como o silêncio das elites foi rompido.

O ponto de inflexão ocorreu em novembro de 2019, quando o filho “favorito” da rainha Elizabeth II concedeu uma entrevista ao programa Newsnight, da BBC, na ten-

tativa de limpar sua imagem diante das acusações de Virginia Giuffre — que afirma ter sido traficada por Epstein para servir sexualmente ao príncipe.

O resultado foi o que a imprensa britânica classificou como um “desastre nuclear”: em rede nacional, Andrew demonstrou uma desconcertante falta de empatia pelas vítimas e ofereceu justificativas inverossímeis para sua conduta, como a alegação de que uma condição médica o impedia de suar.

A reação popular e institucional foi imediata, forçando o Palácio de Buckingham a anunciar, em etapas sucessivas, o afastamento de Andrew da vida pública e a retirada de seus títulos militares e do tratamento de “Sua Alteza Real”. O episódio selou o destino do príncipe como um pária da monarquia, transformando-o no símbolo máximo de como a proximidade com o “corretor de poder” Jeffrey Epstein cobrou um preço político terminal.

A repercussão do caso derrubou o chefe de gabinete do Reino Unido, Morgan McSweeney, que renunciou ao cargo assumindo o erro de ter indicado Peter Mandelson para o posto de embaixador

em Washington. O anúncio veio na segunda-feira, 9. A proximidade de Mandelson com o falecido bilionário tornou sua permanência no governo insustentável, levando McSweeney a declarar que a nomeação feriu a confiança nas instituições e no Partido Trabalhista.

Embora o primeiro-ministro Keir Starmer tenha agradecido os serviços de seu principal assessor, a oposição aproveitou o revés para questionar o julgamento político do governo, exigindo que o primeiro-ministro responda pessoalmente.

A falha da mídia corporativa

O caso também suscita críticas severas à imprensa tradicional. Enquanto veículos focaram em especulações sobre conexões com a Rússia, houve um silêncio obsequioso sobre os laços de Epstein com setores estratégicos da inteligência e da política ocidentais. Para analistas como Murtaza Husain, do Drop Site News, essa lacuna na cobertura reflete um conflito de interesses: muitas instituições de mídia pertencem ao mesmo ecossistema de poder que Epstein ajudava a lubrificar.



Donald Trump posta vídeo racista sobre casal Obama; conteúdo foi removido após repercussão

Em um marco para a medicina e a autonomia individual, hospital de Barcelona utiliza, pela primeira vez no mundo, tecidos de uma paciente em eutanásia para devolver funções vitais e identidade a uma mulher atingida por infecção grave

Agência Brasil

O presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, publicou em uma rede social, na madrugada desta sexta-feira (6), um vídeo com teor racista onde aparecem representados como macacos o ex-presidente dos EUA Barack Obama e a ex-primeira dama Michelle Obama. Obama foi o primeiro presidente negro da história dos EUA.

A imagem de 2 segundos foi

incluída ao final de um vídeo de cerca de 1 minuto, com teorias da conspiração que repercutem denúncias não comprovadas de fraude nas eleições de 2020, quando Trump perdeu para o presidente democrata Joe Biden e não reconheceu os resultados.

Falsas denúncias de fraude

O vídeo foi um dos 60 posts que o presidente Trump fez durante apenas três horas, boa parte com acusações de fraudes na eleição de 2020 que nunca chegaram a ser comprovadas.

No vídeo em que Obama aparece como macaco aparecem as acusações já desmentidas de que a empresa de contagem de votos Dominion Voting Systems teria ajudado a fraudar a eleição.

Por ter veiculado essa falsa acusação, a emissora trumpista Fox News fez um acordo extrajudicial de US\$ 787 milhões com a Dominion para suspender um processo de difamação movido pela empresa de tecnologia citada.

O reforço na tese de fraude eleitoral em 2020 por parte do presidente dos EUA ocorre em meio a avaliações de que Trump pode perder a pequena maioria que mantém na Câmara e no Senado estadunidenses nas eleições de novembro deste ano.

No último sábado, o democrata Taylor Rehmet conquistou uma cadeira no Senado estadual do Texas que era ocupada por um republicano desde a década de 1990, informou a historiadora Heather Cox Richardson, da Universidade de Boston.

Vídeo apagado

Após a repercussão negativa, interna e internacional, o conteúdo foi removido da internet. Até mesmo políticos do Partido Republicano, o mesmo de Trump, fizeram críticas.

Karoline Leavitt, porta-voz presidencial, tentou justificar a postagem dizendo que tratava-se de “um meme da internet que mostra o presidente Trump como o Rei da Selva e os democratas como personagens do Rei Leão”.

Tim Scott, senador republicano, escreveu numa rede social:

“Rezando para que [o vídeo] seja falso, porque é a coisa mais racista que já vi sair desta Casa Branca. O presidente deveria apagá-lo”.

Apesar de o vídeo ter sido removido, não houve nenhum tipo de pedido de desculpas de Trump ou da Casa Branca até o momento.

A família Obama não se pronunciou.

(Informações da Agência Brasil)



10/02/1980

Das fábricas e das ruas, PT chega para mudar

O Manifesto do Partido dos Trabalhadores foi aprovado na reunião de fundação da legenda, realizada no auditório do Colégio Sion, em São Paulo. O documento afirma que o PT “surge da necessidade sentida por milhões de trabalhadores brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la”. A proposta central era mobilizar trabalhadores da cidade e do campo não apenas nos períodos eleitorais, mas organizá-los de forma permanente para “construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.

Liderado por dirigentes sindicais combativos, o PT reuniu ativas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ex-militantes de organizações revolucionárias, um expressivo núcleo de intelectuais de esquerda e militantes de movimentos sociais. Foi a primeira

legenda criada após a reforma partidária que extinguiu o MDB e a Arena. Seu surgimento surpreendeu a ditadura militar, que não previa o nascimento de um partido de esquerda enraizado em bases populares, e também setores da oposição que defendiam a formação de um partido social-democrata ou a permanência da esquerda no PMDB.

Como principal liderança do PT, destacava-se o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio da Silva, o Lula, que desde 1978 enfrentava o regime militar à frente de grandes greves operárias. A ficha de filiação número um foi assinada por Apolônio de Carvalho, ex-dirigente comunista que participou da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa contra o fascismo. Em seguida, filiaram-se nomes como

o crítico de arte Mário Pedrosa, o crítico literário Antonio Candido e o historiador Sérgio Buarque de Hollanda, figuras historicamente vinculadas à luta pelo socialismo no Brasil.

A criação de um Partido dos Trabalhadores vinha sendo debatida desde outubro de 1978, quando Lula apresentou a proposta durante o 3º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado em Guarujá (SP). À época, defendia que os trabalhadores precisavam eleger seus próprios representantes no Congresso Nacional. Em 13 de outubro de 1979, foi eleita a Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT, coordenada por Jacó Bittar, então presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas (SP). A comissão era composta majoritariamente por dirigentes sindicais, entre eles Olívio Dutra, Manuel da Conceição e Luiz Dulci.

DOI mantém Casa da Morte em Petrópolis

A revista IstoÉ circulou com a reportagem “A Casa dos Horrores”, que revelou a existência de uma casa clandestina mantida pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e pelo DOI-Codi em Petrópolis (RJ). No local, pelo menos 22 pessoas consideradas “desaparecidas” foram torturadas e assassinadas durante a ditadura militar.

A denúncia teve como base o testemunho de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente do centro clandestino, onde permaneceu encarcerada por cerca de três meses, em 1971. Uma década depois, seu relato permitiu à revista localizar o tenente-médico Amílcar Lobo, que admitiu ter participado das sessões de tortura e confirmou a morte de presos políticos. Psiquiatra, Lobo utilizava o codinome “Dr. Cordeiro” e tinha a função de avaliar as condições físicas dos detidos, determinando se poderiam suportar novas sessões de tortura.

Nos anos seguintes, outros ex-agentes da repressão forneceram informações adicionais sobre o funcionamento do local, que ficaria conhecido como Casa da Morte de Petrópolis. O espaço teria sido criado para eliminar opositores do regime militar, por determinação do general Orlando Geisel, então ministro do Exército do governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici e irmão de Ernesto Geisel, que o sucederia na Presidência da República. A ordem era executar dirigentes

remanescentes de organizações de esquerda como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Militantes banidos ou exilados que retornassem ao país também estavam entre os alvos, incluindo integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A Casa da Morte funcionou durante os governos Médici e Geisel. Em São Paulo, um sítio foi utilizado pelo DOI-Codi com objetivos semelhantes, integrando a rede de centros clandestinos de tortura e extermínio mantidos pelo regime.

A revelação da existência desses espaços só foi possível graças à coragem e persistência de Inês Etienne Romeu. Após a libertação, ela realizou uma reconstrução detalhada do período em que esteve presa, reunindo provas que permitiram identificar 20 torturadores e 16 presos políticos. Nos anos seguintes, a lista de vítimas aumentaria à medida que novas investigações avançaram. Em reconhecimento à sua trajetória, Inês recebeu, em 2009, o Prêmio Direitos Humanos concedido pelo governo brasileiro.

Mortos na Casa da Morte de Petrópolis (*)

VPR: Aluísio Palhano, Ivan Mota Dias, Heleny Guariba, Maurício Guilherme da Silveira, José Raimundo Costa, Celso Gilberto de Oliveira, Gerson Theodoro de Oliveira e Walter Ribeiro Novaes.



ALN: Paulo de Tarso Celestino, Issami Okano, Ana Kucinski, Wilson Silva e Thomaz Antônio Meireles Neto.

VAR-Palmares: Carlos Alberto Soares de Freitas, Mariano Joaquim da Silva e Antônio Joaquim de Souza Machado.

PCB: David Capistrano, José Roman e Walter de Souza Ribeiro.

MR-8: Marilena Villas-Boas.

MRT: Victor Luiz Papandreu.

O ex-deputado Rubens Paiva, inicialmente incluído na lista de Inês Etienne, foi assassinado no quartel da Polícia do Exército, na Tijuca — sede do DOI-Codi no Rio de Janeiro — conforme apuração da Comissão Nacional da Verdade, em 2013.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br




F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE



Centro de
Documentação e
Resistência Política
Sérgio Buarque
de Holanda